

O MAIS VIOLENTO ATAQUE  
DESFERIDO CONTRA  
OS PROFESSORES  
TERÁ A RESPOSTA ADEQUADA!

## AO PASSAR DAS PALAVRAS AOS ACTOS, GOVERNO AGRAVA AS MEDIDAS ANUNCIADAS

### CARREIRAS – Congelamento e Roubo

- O Conselho de Ministros não só congelou as carreiras, como decidiu “a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão”. Ou seja, é-nos roubado o tempo de serviço que prestamos.

### APOSENTAÇÃO – Aumento da idade mas também do tempo de serviço

- Na década de 80, a luta dos professores para acabar com o “e” em 36 anos de serviço e 60 de idade foi vitoriosa. Contudo, Manuela Leite, em 2003, voltou a impor tal exigência. Este governo aprovou uma nova fórmula ainda mais gravosa: “65 anos de idade e 40 anos de serviço”!  
Aprovou ainda a revogação do regime de aposentação da monodocência, a redução do montante das pensões para menos de 80% e o aumento da carga fiscal sobre as pensões.

### REVISÃO DAS CARREIRAS

- Sem qualquer negociação como a lei obriga, o Governo aprovou a “terceira alteração” ao ECD e pretende revê-lo profundamente, alterando as suas normas essenciais.

### E AINDA!...

- Fim da figura de professor-estagiário;
- Sentença de morte à Caixa Geral de Aposentações e ADSE;
- Redução do salário aos professores em situação de doença;
- Revogação de direitos dos docentes com horários-zero;
- Revogação do Art.º 121.º, referente ao ano antes da aposentação;
- Imposição unilateral do valor do aumento salarial para os próximos 4 anos, o qual resultará numa desvalorização contínua dos vencimentos até 2009.

**DECISÕES DO CONSELHO  
DE MINISTROS  
DE 02.JUNHO.2005**

**SÃO UMA  
VERGONHA!**

# JORNAL DA FENPROF

**Federação Nacional dos Professores**  
Director: Paulo Sucena | n.º 201 | Junho 2005 | 0.50 Euros

## Em defesa da dignidade da profissão docente

A FENPROF e a FNE divulgaram no passado dia 7 de Junho, em conferência de imprensa, as lutas que, em conjunto, se propõem levar a cabo: greves nos dias 20 de Junho (área da DREC), 21 (área da DREL), 22 (área da DREN) e 23 (área das DREA, DREAIG e R.A. da Madeira e R. A. dos Açores)

■ Encontro Nacional sobre os Agrupamentos de Escolas *pág. 10*

■ Dossier entregue no ME Questões de resolução prioritária *pág. 15*





**Propriedade, Redacção e Administração**  
Federação Nacional dos Professores  
Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA  
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198  
E-mail: fenprof@fenprof.pt  
Home page: <http://www.fenprof.pt>

**Director:** Paulo Sucena

**Chefe de Redacção:** Luís Lobo

**Conselho de Redacção:** António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélcio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Teresa Chaveca (Ensino Superior)

**Coordenação:** José Paulo Oliveira  
jpgo@sapo.pt | josepaulooliveira@oninet.pt

**Paginação e Grafismo:** Tiago Madeira

**Composição:** Idalina Martins e Lina Reis

**Revisão:** Inês Carvalho

**Impressão:** SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.  
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto  
2135-114 Samora Correia  
Tiragem média: 68 000 ex.  
Depósito Legal: 3062/88  
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



**SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA**  
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa  
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199  
E-mail: spgl@spgl.pt  
Home page: [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)

**SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE**  
Edif. Cristal Park  
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto  
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595  
E-mail: geral@spn.pt  
Home page: [www.spn.pt](http://www.spn.pt)

**SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO**  
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20  
3000-250 Coimbra  
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666  
E-mail: sprc@mail.telepac.pt  
Home page: [www.sprc.pt](http://www.sprc.pt)

**SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL**  
Av. Condes de Vil'Alva, 257  
7000-868 Évora  
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274  
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

**SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES**  
R. João Francisco de Sousa, 46  
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel  
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498  
Home page: [www.spra.pt](http://www.spra.pt)

**SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA**  
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,  
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal  
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369  
E-mail: spm@netmadeira.com  
Home page: [www.smembers.netmadeira.com/spm/spm](http://www.smembers.netmadeira.com/spm/spm)

**SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO**  
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 Lisboa  
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096  
E-mail: spfenprof@hotmail.com

## Os pançudos no poder

**A**lguma comunicação social (como é o caso do Público de 5 de Junho), comentadores encartados e membros do Governo e da maioria parlamentar têm-se desdobrado em esforços para denegrir a imagem da administração pública portuguesa, particularmente dos seus trabalhadores. A estratégia é sempre a mesma. Como não conseguem justificar a justiça das medidas



anunciadas pelo Governo é preciso atacar, mentir, espezinhar a classe que é alvo dessas medidas para que o senso comum julgue que, afinal, até é provável que o país tenha de seguir por tão maus caminhos.

Bastou apenas um conselho de ministros para que todos ficassemos a saber que os nossos novos governantes, em nome da "maior justiça social" que defendem, aumentassem a idade e o tempo de serviço para a aposentação (em vez de a diminuir em todos os sectores), congelassem as progressões na carreira, roubassem o tempo de serviço e se preparem para rever as carreiras dos corpos especiais, transformando-as em autênticos filtros ao acesso ao mais elevados índices salariais. No caso dos professores e educadores portugueses, as medidas assumem ainda um carácter mais escandaloso, tendo em conta que também são ameaçados pelo corte à remuneração dos trabalhadores com horário-zero (apesar de todos estarem a exercer funções docentes nas suas escolas) e pelo impedimento de os professores não terem serviço lectivo distribuído no ano em que se aposentam. Convém, a este propósito lembrar que esta medida que foi proposta pelo governo de então é perfeitamente justificável e corresponde a uma diminuição da despesa do ME (evita pagar subsídios pelo exercício de funções depois de autorizada a aposentação) e ao interesse dos alunos (evita a substituição do professor na data em que se aposenta). Mas, claro, esse nunca foi o problema.

O que se passa, então? Passa-se que onde os trabalhadores vêm direitos, Sócrates e seus ministros lêem privilégios. No entanto,

Sócrates esquece-se de dizer que só ele já nomeou 18 secretárias para o seu gabinete, 14 adjuntos e 13 assessores e que o seu governo já indigitou para diversas funções 459 boys. Falta dizer que o mesmo que vem beatamente propor medidas de austeridade duríssimas para a administração pública e para todos os portugueses auferem mensalmente 5.000 contos (falando em escudos) só por ser governador do Banco de Portugal. Falta falar, isso sim de privilégios, como os atribuídos por este governo a Fernando Gomes, na GALP, com um vencimento de 3.000 contos por mês, ou a Nuno Cardoso, nas Águas de Portugal, com uma situação semelhante à do outro ex-presidente da Câmara Municipal do Porto. Que o fim das subvenções vitalícias ilibe de perdas, no entanto, todos os que tenham hoje 8 anos de parlamento, mas que mesmo assim tantos protestos tem gerado, nomeadamente entre a bancada da maioria. Ou falta ainda dizer que há ex-deputados que por terem "9 anos de casa" receberam um subsídio de reintegração de 62.000 euros ou de 48.000 euros caso tenham permanecido 7 anos no parlamento. E Campos e Cunha? O Ministro das Finanças (coitado) foi obrigado, por lei, a acumular 8.200 euros de reforma vitalícia do Banco de Portugal (6 anos de vice-governador) com os míseros 6.200 euros de ministro das Finanças. Terríveis obrigações!

É caso para perguntar a Jorge Sampaio porque não dirigiu o apelo de patriotismo a estes figurões que com os nossos impostos e os nossos descontos vão enchendo os bolsos e a pança da sua prosperidade. ■

**4** **CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**  
FENPROF e FNE anunciam luta conjunta  
contra medidas aprovadas em Conselho de Ministros

**6** **CONFERÊNCIA DA CGTP-IN**  
"Todos em defesa dos Serviços Públicos"

**10** **CÓRDOVA, DE 29 DE OUTUBRO A 1 DE NOVEMBRO**  
Avançam os trabalhos preparatórios  
do Fórum Social Ibérico para a Educação

**11** **ENCONTRO SOBRE OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**  
"Há que analisar, avaliar e mudar  
a realidade imposta"

**27** **ESTUDO DE EUGÉNIO ROSA**  
Os portugueses pagam as pensões  
princescas de titulares de cargos políticos

**30** **ENCONTRO DE DOCENTES DAS IPSS E MISERICÓRDIAS**  
Apostar com coragem na defesa e reforço dos direitos  
e na valorização da profissão

**32** **ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO**  
Comentários ao Programa do Governo  
em 4 apontamentos

**35** **CONGRESSO DO SPM**  
Reafirmar a identidade docente

**37** **JANELA ABERTA**  
Parvos, nós?

**38** **AGENDA CULTURAL**  
Não fique em casa



## *DOSSIER entregue no ME* **Questões prioritárias**

- 16 Breve explicação
- 16 Duas medidas de grande urgência
  - Suspensão dos exames previstos para o 9º ano de escolaridade
  - Regularização do calendário escolar da educação pré-escolar
- 17 Relação negocial e representatividade sindical
- 18 Estabilidade de emprego e profissional dos docentes  
Concursos para o ano 2005/2006
- 20 Rede Escolar e Agrupamentos de Escolas
- 21 Financiamento do Ensino Profissional
- 23 Educação ao Longo da Vida  
Ensino Recorrente
- 24 Ensino Artístico
- 25 Valorizar o Ensino Português no Estrangeiro
- 25 Ensino Particular e Cooperativo



# FENPROF e FNE anunciam luta conjunta contra medidas aprovadas em Conselho de Ministros

A FENPROF (Federação Nacional dos Professores) e a FNE (Federação Nacional dos Sindicatos de Educação) divulgaram no passado dia 7 de Junho, em conferência de imprensa (foto) as lutas que, em conjunto, se propõem levar a cabo.

**O**s dirigentes da FENPROF e da FNE, respectivamente Paulo Sucena e João Dias da Silva, sublinharam no encontro com a comunicação social que só em diálogo se pode partir para o encontro de soluções, destacando que as organizações sindicais "estão disponíveis para negociar".

No fecho desta edição do "JF", estava tudo a postos para a concentração (8 de Junho, 18h30) de uma delegação sindical conjunta à residência oficial do Primeiro Ministro, num derradeiro esforço para encontrar perspectivas de diálogo construtivo. Se essa não for a intenção do Governo, decorrerão greves nos dias 20 (área da DREC), 21 (área da DREL), 22 (área da DREN) e 23 (área das DREA, DREALg e R.A. da Madeira e R. A. dos Açores).

## Ofensiva contra o Estatuto da Carreira Docente

Como foi salientado na conferência de imprensa, FENPROF e FNE rejeitam as gravosas decisões tomadas no Conselho de Ministros de 2 de Junho (ver *contra-capá*), no âmbito de uma ofensiva contra o Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente o congelamento e o afunilamento da progressão na carreira, a perda de tempo de serviço (para se atingir o topo de carreira seriam agora necessários 27 anos e meio,



em vez dos anteriores 26) e o agravamento da aposentação.

Paulo Sucena, António Avelãs, Abel Macedo e Mário Nogueira, em representação da FENPROF; e João Dias da Silva, Carlos Guimarães, José Ricardo Coelho e Conceição Alves Pinto, pela FNE, constituíram a Mesa deste encontro com a imprensa, em que foi igualmente condenada

a política de ataque do Governo ao conjunto dos trabalhadores da Administração Pública.

Com essa política, observaram os sindicalistas, o Executivo de Sócrates quer esconder o fracasso da acção contra a fraude fiscal. Este Governo, acrescentaram, é incapaz de formular políticas capazes de fomentar o emprego e o desenvolvimento do País. ■





# Nem no reino cadaveroso

Um nosso intelectual de primeira água adjectivou o Portugal Salazarista de "Reino Cadaveroso", tendo em conta o obscurantismo vivido naqueles tempos e a mistificação que alguns bisbórias da cultura promoviam com o objectivo de degradar a *inteligência* da oposição portuguesa ao regime fascista de partido único que, como tal, era detentor de toda a verdade.

Nestes tempos de violência neoliberal consubstanciada no pensamento único orientado no sentido de "explicar" aos povos e às nações que o rumo da História é o do neoliberalismo expandido pela globalização capitalista, inspirada no deus mais desumano que alguma vez foi apresentado aos trabalhadores – as vítimas primeiras desta política –, demiurgo do desemprego, do emprego precário, dos baixos salários, da perda de direitos dos trabalhadores, do recrudescimento da pobreza, a classe docente tem-se visto atacada da maneira mais ignóbil que se pode imaginar.

A primeira linha de argumentação dos próceres deste ataque é sustentada por uma mentira inqualificável – a de que os educadores e docentes portugueses são trabalhadores protegidos por inaceitáveis regalias e privilégios que os discriminam positiva e injustamente dos outros trabalhadores.

Na verdade, o que acontece é que aquelas "regalias" e "privilégios" mais não passam do que direitos arduamente conquistados ao longo dos anos. Há trinta e cinco anos atrás mais de 80% dos docentes portugueses não ganhavam nas férias, isto é, durante dois meses e meio, período em que não podiam alienar as suas responsabilidades sociais e familiares, que iam desde o pagamento da renda da casa até ao sustento das famílias, tinham que "inventar" as condições que lhes permitissem viver, no mínimo, no limiar da dignidade profissional e social. A luta desenvolvida pelos educadores e professores que culminou, após confrontos extremamente violentos com diversos governos, desde o período fascista até à última década do século XX, com a publicação do ECD, vê-se hoje conspurcada pela opinião ignara, mentirosa e caluniosa do governo e de alguns produtores de opinião.

Colegas, permaneçam calmos porque não vou falar de um dos donos de hipermercados que infestam o comércio português devido à opção que mantenho,

desde a juventude, de apenas comentar a opinião de alguém que a manifeste publicamente. Porém, tal sujeito não passa de um ninguém, pelo menos ontologicamente, porque não pode ofender tão gravemente um grupo profissional indispensável ao desenvolvimento da sociedade portuguesa com tal vazio de princípios éticos, sociais, políticos e outros. Belmiro é um vazio, é um heterónimo do nada que é a sua substância humana.

Mas pior do que todos os belmiros deste mundo é o discurso dos governantes que para o serem precisam, na maioria dos casos, dos professores e educadores desde a infância até à juventude em que frequentavam, melhor ou pior, o ensino superior. A violência dos ataques aos docentes portugueses, que são os que o País tem e não podem ser substituídos da noite para o dia, apesar da FENPROF há longos anos chamar a atenção do poder político para a necessidade de melhorar a sua formação inicial e contínua, não poderia gerar outra reacção daqueles profissionais que não fosse a de responder com igual violência à das mentiras e calúnias que sobre eles impenderam.

A dignidade humana, social e profissional dos docentes – desde a educação de infância ao ensino superior (onde mais de 70% dos docentes exercem a sua profissão com vínculo precário) – não poderia gerar nas escolas portuguesas uma reacção diferente daquela que a FENPROF e a FNE se fizeram eco quando anunciaram a greve de toda a classe a desenvolver entre os dias 20 e 23 de Junho, período que o Governo deixou a estas organizações sindicais para manifestar o descontentamento e revolta dos docentes pela iniquidade das medidas contra si perpetradas, **sem qualquer negociação com os seus sindicatos, pelo Governo português.**

A greve não é uma aspiração dos sindicatos, é uma consequência das erradas políticas do Governo. O seu a seu dono! Quem nos dera a nós, professores, que um Governo que tantas expectativas gerou não as frustrasse tão subitamente.

Ainda há tempo para tudo corrigir, mas isso compete ao Governo. A FENPROF, como sempre, manifesta a sua disponibilidade para **negociar** e alterar as nefastas medidas impostas por quem governa um país, constitucionalmente, democrático. ■

# “Todos em defesa dos Serviços Públicos”



“**H**á que lutar pela concretização das mudanças necessárias na sociedade portuguesa. As mudanças não acontecem se os trabalhadores e as populações não se mobilizarem” e “é necessário um novo contexto social, político e económico na União Europeia, é essencial um novo modelo de desenvolvimento” - as palavras são de Manuel Carvalho da Silva e foram proferidas na intervenção final da Conferência sindical “Todos em defesa dos Serviços Públicos”, realizada no passado dia 18 de Maio numa unidade hoteleira de Lisboa.

As funções do Estado e a realidade da Administração Pública estiveram em análise nesta iniciativa que reuniu cerca de 400 delegados (285 homens e 112 mulheres), oriundos de todas as regiões do País. Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, esteve na Mesa que dirigiu os trabalhos deste encontro

que registou em vários momentos a abordagem da temática educativa, por exemplo no que toca às questões da autonomia, gestão das escolas e financiamento. Entre os participantes, encontravam-se vários dirigentes dos Sindicatos de Professores.

Segundo a resolução da Conferência, aprovada por unanimidade, “o Programa do Governo não assume a ruptura com algumas das fundamentais linhas de força, anteriormente adoptadas pelos executivos de direita sobre o Estado e a Administração Pública”, como se está a confirmar com as nefastas decisões e as ameaças do Executivo nestas últimas semanas.

A Conferência, que registou 28 intervenções, afirmou “a imperiosa necessidade de uma mudança profunda de políticas para que o Estado retome as suas funções de prestador de serviços públicos, garantindo a sua universalidade. Este objectivo exige a

mobilização dos trabalhadores para que o Estado cumpra o seu papel e as suas funções, assegurando os meios para a promoção do desenvolvimento do País com aprofundamento da democracia económica, social e cultural; para a salvaguarda de serviços públicos de qualidade; e também, para que concretize os princípios constitucionais da igualdade e da justiça social.”

Além da resolução, foi aprovado, também por unanimidade, um “documento enquadrador” de 44 páginas, organizado em quatro capítulos: a evolução das funções do Estado e o conceito de serviço público; prioridades do Estado para uma política de desenvolvimento económico e social; descentralização e regionalização; questões laborais e profissionais dos trabalhadores da Administração Pública. A resolução e este “documento enquadrador” foram enriquecidos por vários contributos apresentados pelos delegados. ■



## O movimento sindical exige:

- Que o Governo interrompa o processo de privatizações em curso, bem como as parcerias público/privada.
- O fim da criação injustificada de institutos públicos, fundações, empresas municipais e entidades de carácter empresarial.
- Uma mudança profunda de política para que o Estado cumpra as suas funções e realize a democracia económica, social e cultural e concretize os princípios da igualdade e da justiça social.
- Uma profunda mudança política para que o Estado retome as suas funções de prestador dos serviços públicos, como é próprio dum Estado Social.

*Do “documento enquadrador” aprovado na conferência sindical “Todos em Defesa dos Serviços Públicos”*



# Mais igualdade e justiça social

■ Luís Lobo (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

A ofensiva neo-liberal sobre o papel do Estado tem também procurado retirar da esfera das ideologias e da fundação dos sistemas políticos a discussão sobre a existência dos Serviços Públicos e a submissão de um conjunto de funções essenciais à vida dos cidadãos à acção do Estado, querendo que essa reflexão se faça apenas com base em pressupostos de ordem económica dos países ou financeira do Estado.

**A**o fazê-lo, este novo formato do capitalismo cria a ideia de que não é possível o Estado continuar a assumir as suas responsabilidades sociais, pois, ao fazê-lo, desequilibra as contas públicas, ao mesmo tempo que defende a necessidade de o Estado deixar a sua função de impulsor do desenvolvimento económico e social e transfere para os trabalhadores do sector público a responsabilidade das crises económicas dos Estados e orçamentais dos governos.

Como para grandes males, grandes remédios, o capitalismo reassume a sua velha cruzada desumana e promotora da sustentabilidade e progresso dos grandes grupos financeiros e empresariais, que se confundem e apoiam, e apresenta a privatização dos serviços como a salvação para as crises, alegando ao mesmo tempo que dessa forma os cidadãos ficarão melhor servidos.

## Funções do Estado e Administração Pública

Foi contra esta caracterização da situação presente que a CGTP-IN realizou a Conferência Sindical "Funções do Estado e



Dirigentes dos Sindicatos de Professores presentes na Conferência "Todos em Defesa dos Serviços Públicos"



**A dinâmica neo-liberal em curso no plano mundial, assente na ideia de "menos Estado, melhor Estado" tem provocado mudanças profundamente negativas na concepção e na organização do Estado. Ataca-se, sobretudo, a sua função social com vista a fazer apropriar pelo sector privado actividades não mercantis que envolvem elevados recursos financeiros, como a saúde, a segurança social e a educação**

*Da resolução aprovada na conferência sindical "Todos em Defesa dos Serviços Públicos".*

Administração Pública", assumindo o combate pela maior e melhor intervenção do Estado nas diversas áreas sociais como questão essencial e apresentando propostas muito concretas para a acção do governo. Fê-lo sem conhecer as medidas recentemente anunciadas por José Sócrates, as quais vêm mesmo reforçar as preocupações dos trabalhadores em geral e mostram a verdadeira face de um governo de continuidade, que apresenta medidas em tudo idênticas às apresentadas por Santana Lopes durante a campanha eleitoral, apesar de rejeitadas pelo actual primeiro-ministro no período que antecedeu as eleições.

O Documento Enquadrador, aprovado na Conferência, trata os seguintes aspectos:

1. A Evolução do Estado e o conceito de serviço público;
2. Prioridades do Estado para uma política de desenvolvimento económico e social;
3. Descentralização e Regionalização;
4. Questões laborais e profissionais dos trabalhadores da administração pública.

Trata-se de um texto estratégico, como já referimos, que estabelece uma relação apertada entre fiscalidade e financiamento das funções sociais do Estado e que nega a ideia de que os processos de privatização já realizados ou em curso se tenham transformado em mais valias para o povo, acusando os grandes interesses económicos de colher dividendos, nomeadamente em sectores chave que tendo estado sob a dependência do Estado estão agora entregues ao sector privado: transportes públicos, energia, serviços postais e telecomunicações. Nestes sectores não passou a fazer-se mais investimento, apresentam cada vez mais lucros, não houve redução dos preços, aumentou-se a instabilidade de emprego de muitos trabalhadores e redu-

ziram-se os efectivos, ao mesmo tempo que se provocou uma redução da receita fiscal do próprio Estado.

### Fiscalidade e financiamento da acção do Estado

Quanto à fiscalidade, antecipou claramente as medidas anunciadas pelo governo para afirmar, primeiro, a necessidade da manutenção do esforço fiscal em níveis, apesar de tudo, ainda abaixo da média europeia, sendo que o factor de crescimento em matéria da receita fiscal tem de ser realizado a partir a solidariedade inexistente de sectores da população que fogem ao fisco ou o enganam desmesuradamente e sem controlo.

Sobre esta matéria refira-se que os governos têm actuado de forma proteccionista em relação às empresas, tendo permitido que só nos últimos anos não sejam cobrados em média 11,4 mil milhões de euros de impostos, que os tribunais tenham em "stock" mais de 3 milhões de processos que correspondem a um acumulado de 15 mil milhões de euros de impostos não cobrados. Tudo isto acontece no mesmo país em que Sócrates vem pedir mais sacrifícios aos que, já pela sua natureza de classe, não podem deixar de fazer sacrifícios - os trabalhadores assalariados - defendendo o ainda maior aumento do IVA e reduzindo as prestações sociais por doença ou aumentando a idade de aposentação na administração pública, em nome de uma pretensa necessidade de anular, progressivamente, o défice orçamental que se verificará no final do corrente ano.

### Conferência aprova Resolução

A par do documento enquadrador a Conferência aprovou uma Resolução que

constata que:

- "A dinâmica neo-liberal em curso, no plano mundial assente na ideia de 'menos Estado. Melhor Estado' tem provocado mudanças profundamente negativas na concepção e organização do Estado";

- "Portugal não ficou imune a estas evoluções, num mundo cada vez mais globalizado. Confrontamo-nos com uma ofensiva global promovida por sucessivos Governos que vai contra princípios fundamentais estabelecidos na Constituição, contra o Estado Social e as conquistas do 25 de Abril";

- "Está hoje em causa o Estado Social: um Estado que deve garantir serviços públicos essenciais à colectividade; redistribuir rendimentos, tornando as sociedades mais justas e coesas; assegurar a solidariedade entre as gerações; proteger as pessoas face aos riscos sociais; possibilitar uma intervenção activa para assegurar uma estratégia de desenvolvimento";

E exige que:

- "O Estado deve garantir um forte, dinâmico e moderno sector público, a prestação de serviços públicos de qualidade", designadamente, a existência do Serviço Nacional de Saúde, de um Sistema Público de Educação e de Ensino de qualidade para todos, um Sistema de Segurança Social público, universal e um sistema público de distribuição da água.

Na Resolução aprovada no dia 18 de Maio, a CGTP-IN insistia na constatação de que "o Programa do actual Governo não assume a ruptura com algumas das fundamentais linhas de força, anteriormente adoptadas pelos executivos de direita sobre o Estado e a Administração Pública". Este documento reivindicativo defende, ainda, que é imperiosa a necessidade de mudança de políticas; necessidade essa que exige um Estado com funções de prestador de serviços públicos, única forma de garantir a sua universalidade.

A Resolução acaba com um forte apelo à mobilização dos trabalhadores "para que o Estado cumpra o seu papel e as suas funções", tendo em vista uma democracia económica, social e cultural, a salvaguarda de serviços públicos de qualidade e maior igualdade e justiça social. ■



**É urgente e necessário caminhar na construção da autonomia das escolas, assente na descentralização e numa matriz organizacional democrática e participada por toda a comunidade escolar (alunos, pais, encarregados de educação, professores, trabalhadores não docentes e meio envolvente das escolas), que valorize os saberes profissionais dos professores e o seu importante papel no funcionamento das organizações escolares.**

*Do "documento enquadrador" aprovado na conferência sindical "Todos em Defesa dos Serviços Públicos"*



## Posição da CGTP-IN sobre o défice das contas públicas

# Vem aí a factura... Pagam os do costume

A CGTP-IN recusa frontalmente uma política que, em nome da redução do défice orçamental, aliena o desenvolvimento do país, faz recair todo o custo dos sacrifícios sobre os trabalhadores e a parte mais vulnerável da população e enfraquece os valores da coesão e da solidariedade. Tomando posição sobre a questão do défice das contas públicas, a Central chama a atenção para os perigos de uma política que não ataque os reais problemas do país, passando de novo a factura aos trabalhadores.

**A** agenda política e social é hoje dominada pelo elevado défice orçamental, entretanto confirmado pelo Primeiro Ministro, e pelas medidas com vista à sua redução a médio prazo.

"É notória a pressão, vinda de sectores liberais, no sentido da urgente necessidade de se tomarem medidas radicais de cortes na despesa pública, incluindo salários e



segurança social. Os mais influentes órgãos de comunicação social têm dado um grande destaque a estas medidas o que pode ter um efeito condicionador de escolhas políticas em assuntos de vital importância para a população e os trabalhadores", observa a Inter.

### Sintomas de corrupção

A Central "não nega as dificuldades económicas, mesmo que considere que os problemas orçamentais continuam a não ter a mesma gravidade que outros problemas com que o país se debate". Lembra, a propósito, que "desemprego assume um nível recorde nos últimos oito anos". A CGTP-IN chama ainda a atenção para a destruição do aparelho produtivo, a deslocalização de empresas, o elevadíssimo nível de endi-

vidamento dos portugueses, um insustentável défice externo, numa conjuntura marcada ainda por "evidentes sintomas de corrupção em larga escala".

Destacando que "o défice orçamental é insustentável mas também não é sustentável reduzir o défice público à custa do desenvolvimento do país", a Central sublinha que "não haverá verdadeira saída se não houver uma ruptura com o actual modelo de crescimento, ou seja se não houver um corte com políticas económicas e sociais erradas."

### É necessário apostar no aparelho produtivo

Para a Inter, "o facto de a situação orçamental do país ser grave não autoriza



**Calcula-se que a fuga e evasão fiscais envolvam 11,4 mil milhões de euros;** entretanto, os processos fiscais em tribunal abrangem 15 mil milhões de euros em 3 milhões de processos, alerta a CGTP-IN. Em nota divulgada recentemente, a Central esclarece que "não está contra o aumento de receitas para combater o défice orçamental. Há que tomar medidas no âmbito do sistema fiscal bem como na segurança social e combater a sério a economia clandestina e informal."

"Consideramos que, entre outras, se devem tomar medidas para: combater a fuga e a fraude fiscal; reduzir o nível de benefícios fiscais; tributar os sinais exteriores de riqueza; proceder ao englobamento dos rendimentos; terminar com o sigilo bancário; pôr ordem na actual situação de multiplicidade de taxas nos descontos para a segurança social; penalizar as empresas que recorrem às reformas antecipadas por via do subsídio de desemprego, sem qualquer justificação", conclui a Inter. |

que se faça tábua rasa da origem da situação actual nem que se não avaliem as políticas económicas erradas".

Acrescenta nota divulgada recentemente pela CGTP-IN: "O nosso aparelho produtivo está esmagado entre, por um lado, países avançados com quem não conseguimos competir em termos de qualidade e, por outro, países que apresentam tão baixos custos salariais que será um suicídio procurar competir em termos de baixar o valor da nossa força de trabalho."

"Essa gravidade", acrescenta "também não pode ser justificação para defender uma política de sacrifícios para alguns, como esmagadoramente vêm fazendo influentes fazedores de opinião."

"É sabido", lê-se mais adiante, "que esta perspectiva conduz a fazer incidir os custos dos ajustamentos nos trabalhadores e em geral nos que têm menos poder económico na nossa sociedade. Foi assim com o Governo PSD. Consideramos que não deve ser assim com o actual Governo."

### Segurança Social

A CGTP-IN reconhece que existem dificuldades financeiras na segurança social, mas isso também não autoriza a que não se faça qualquer reflexão sobre as causas dessa situação. "Sempre dissemos que não é viável continuar uma política que faz recair todo o custo das reestruturações das empresas na segurança social com uma política de reformas antecipadas, o que passa pela pressão patronal para os trabalhadores aceitarem rescisões por mútuo acordo", refere a CGTP-IN, que considera "preocupantes os sinais de que se pretende fazer recair os sacrifícios sobre os trabalhadores e a população mais vulnerável."

### Profundas desigualdades

"É bom ter presente que a sociedade portuguesa é atravessada por profundas desigualdades. Somos um dos países da União Europeia com maiores desigualdades e não é a dimensão do défice que pode fazer esquecer esta realidade: há fuga e fraude fiscais, um elevado nível de economia clandestina, um excessivo peso de impostos indirectos, um fraco grau de eficácia da legislação de trabalho, um elevado peso dos empregos precários", regista a Intersindical Nacional. ■



## Córdova, de 29 de Outubro a 1 de Novembro Avançam os trabalhos preparatórios do Fórum Social Ibérico para a Educação

Cerca de 2 000 pessoas são esperadas em Córdova, na Andaluzia, entre 29 de Outubro e 1 de Novembro deste ano, para participarem no Fórum Social Ibérico para a Educação (FSIPE). A iniciativa está a ser preparada com grande dinamismo e promete contribuir para "a consolidação de uma rede mundial de luta contra a mercantilização da Educação e pela democratização efectiva do direito à educação pública de qualidade para todos".

O objectivo do Fórum, cujo comité organizador esteve reunido no primeiro fim-de-semana de Junho em Lisboa (foto), é "tornar possível um amplo debate em que participem todos os sectores sociais, com a finalidade de incluir todas as perspectivas e de colocar a educação como prioridade e responsabilidade de toda a sociedade".

No encontro de Córdova, cidade onde se cruzam tradições, saberes e culturas, estarão representadas associações e federações representativas de diferentes sectores (docentes, pais e encarregados de educação), entidades culturais, escolas, universidades, institutos, movimentos sociais, sindicatos e confederações sindicais, fóruns sociais, organizações não governamentais, movimentos pedagógicos, entre outras entidades, registando-se novas adesões em cada semana que passa.

O FSIPE, observa o documento-projecto, "faz parte do processo do Fórum Social Mundial, que se iniciou em 2001 e que veio a transformar-se no mais amplo espaço de articulação de iniciativas sociais, de desenvolvimento de pensamento crítico e de construção de alternativas à ordem neoliberal, sob a convicção comum de que "outro Mundo é possível".

Os dinamizadores do FSIPE sublinham que a educação, além de "um direito universal", é "um bem público, ao qual todos os cidadãos têm o direito de aceder em condições de igualdade", direito esse que os governos e administrações têm o dever de garantir.

Em Córdova, "o debate será desenvolvido em três temáticos fundamentais: Educação e Globalização; Cidadania e Educação; Educação como Direito Universal", como nos afirmou Ana Gaspar, do Secretariado Nacional da FENPROF e membro do comité organizador do FSIPE.

O comité organizador integra várias entidades dos dois países. Do lado português: a FENPROF, a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), a FERLAP (Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais); a FERSAP (Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais); o Instituto Paulo Freire; Movimento da Escola Moderna; a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR); a LOC (Liga Operária Católica); o Centro de Investigação e Intervenção Educativa; e a APEI (Associação de Profissionais de Educação de Infância), entre outras.

Do lado espanhol: Asociación Enseñantes com Gitanos; CGT (Confederación General del Trabajo); Confederación Intersindical Galega; Confederación Estatal de los Movimientos de Renovación Pedagógica; Consejo Internacional del Foro Mundial de Educación; Federación de Enseñanza de CC.OO; STEC-STE - Unión Sindical de Trabajadores de la Enseñanza de Cataluña, entre outras.

O Jornal da FENPROF, o seu suplemento para o Ensino Superior (JF/Sup) e o site da Federação ([www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)) acompanharão a par e passo os trabalhos preparatórios desta iniciativa, "espaço aberto ao aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a livre troca de experiências e a articulação para acções eficazes", tendo em vista "a construção de uma sociedade centrada no ser humano", que "não se conforme com as desigualdades sociais e que se oponha ao racismo, ao sexismo e à exclusão social". ■

JPO





Dirigentes da FENPROF e Licínio Lima, docente da Universidade do Minho, numa das mesas do Encontro Nacional sobre os Agrupamentos de Escola

## Encontro Nacional sobre os Agrupamentos de Escolas

# “Há que analisar, avaliar e mudar a realidade imposta”

“É praticamente impossível obter resultados positivos, chegar a boas práticas pedagógicas, nos mega-agrupamentos de escolas; há que analisar, avaliar e mudar a realidade imposta”, destacou Paulo Sucena na intervenção de abertura do Encontro Nacional que a FENPROF realizou no dia 20 de Maio, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto.

**N**esta iniciativa, a FENPROF divulgou os resultados de um estudo realizado sobre a organização e funcionamento dos agrupamentos de escolas (ver mais adiante), trabalho que contou com a colaboração especializada de docentes da área da investigação nas ciências sociais, nomeadamente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Segundo o estudo e as intervenções ouvidas no Encontro, é negativa a avaliação que os professores e educadores fazem

dessa nova realidade imposta de forma autocrática e ilegal.

Além de Paulo Sucena, o período da manhã, em Mesa presidida por Francisco Almeida, do SN da Federação e membro da Direcção do SPRC, registou as intervenções de Manuela Mendonça, do Secretariado Nacional da FENPROF e dirigente do SPN, que apresentou um breve historial do processo de (re)constituição dos agrupamentos; e de Licínio Lima, docente da Universidade do Minho, cuja comunicação, atentamente seguida pelos presentes, teve como tema central “O agrupamento de escolas como novo escalão da administração desconcentrada”.

“Os educadores e professores tornaram-se especialistas na resistência”, observou Licínio Lima, que alertou para as consequências da “reconcentração do poder”, lembrando que, cada vez mais, “a efectiva direcção da Escola está no ME e nos seus órgãos centrais”.

A sessão da tarde, presidida por Jacinta Vital, começou com a apresentação dos resultados do estudo, do qual se podem destacar, de forma sucinta, quatro questões fundamentais:

1. A avaliação relativa à criação dos agrupamentos constituídos antes de 2003 é claramente positiva, em contraste com uma maioria de opiniões negativas no caso

dos agrupamentos criados após 2003;

2. Os objectivos apontados pela administração para a (re)constituição dos agrupamentos não foram alcançados, sendo significativo que, dos vinte aspectos explicitados no questionário, nenhum tenha obtido uma avaliação positiva quanto ao grau de concretização;

3. O sector da educação/ensino e o exercício ou não de cargos estão na base de alguma diversidade de opiniões em relação ao impacto no terreno dos agrupamentos;

4. Os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico têm opinião mais negativa sobre a realidade actual, considerando que este processo contribui para a menorização deste sector de ensino.

Seguiu-se um painel dedicado à divulgação de dinâmicas de constituição e funcionamento de agrupamentos, reveladas por David Martins, presidente da Assembleia do Agrupamento de Escolas do Vale do Âncora; Henriqueta Oliveira, presidente da Comissão Instaladora do Agrupamento Vertical da Lousã; Hortênsia Mendes, presidente do Conselho Executivo da EB 1 Maria Máximo Vaz (concelho de Odivelas); e José Filipe Estevéns, EBI/JI de Pias (Serpa), presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul. ■

# Encontro Nacional sobre agrupamentos de escolas

## Professores descontentes

### Apresentação de um estudo realizado pela FENPROF

Para a FENPROF, a associação de escolas pode ser uma solução com potencialidades numa rede dispersa de jardins de infância e escolas do 1º CEB, podendo contribuir para combater o isolamento, favorecer novas dinâmicas de trabalho pedagógico e o desenvolvimento de projectos educativos comuns.

A reestruturação da rede escolar deve resultar do levantamento das necessidades educativas de cada concelho e envolver a comunidade educativa na procura das soluções mais ajustadas aos diversos contextos regionais e locais. Por isso nunca se colocou à FENPROF a questão de defender a criação de agrupamentos "horizontais" em detrimento dos "verticais" ou vice-versa - não há um modelo organizativo ideal e único. É no contexto local que devem se encontrar as soluções.

É tendo por base este pressuposto que a FENPROF considera inaceitável o processo de (re)constituição de agrupamentos de escolas, decidido pelo anterior governo e concretizado de forma autocrática pelas Direcções Regionais de Educação, em especial do Norte e do Centro do país no final do ano lectivo 2002/2003. Este processo traduziu-se na imposição administrativa de um modelo de formato único, assente em agrupamentos "verticais" de grande dimensão, sem racionalidade pedagógica, à revelia das comunidades educativas e das leis vigentes.

Depois de ter realizado, no final de 2003, um estudo de avaliação sobre esse processo, que comprovou as inúmeras irregularidades e ilegalidades cometidas pela administração, a FENPROF considera que é ne-

cessário agora aprofundar o debate em torno dos efeitos desta nova realidade organizacional na administração do sistema educativo e no funcionamento das escolas. Para o efeito, recolheu um conjunto de

dados de avaliação junto de 1156 professores e educadores a leccionar em Escolas do Ensino Básico e Jardins de Infância enquadrados em Agrupamentos Horizontais ou Verticais.

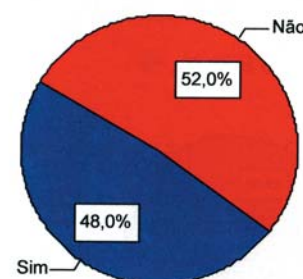
**A avaliação relativa à criação dos agrupamentos constituídos antes de 2003 é claramente positiva, em contraste com uma maioria de opiniões negativas no caso dos agrupamentos criados após 2003**

#### Agrupamentos constituídos após 2003

	Nº	%
Não	438	52,0
Sim	404	48,0
Total	842	100,0

Concorda com a existência do Agrupamento

APÓS 2003



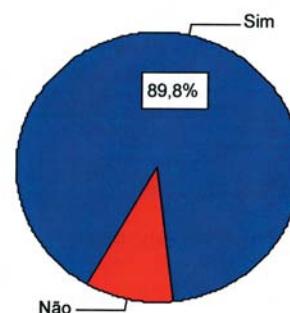
#### CONCORDA COM A EXISTÊNCIA DO AGRUPAMENTO?

#### Agrupamentos constituídos antes de 2003

	Nº	%
Sim	132	89,8
Não	15	10,2
Total	147	100,0

Concorda com a existência do Agrupamento

ANTERIORES A 2003







Deste estudo, cujo erro máximo de sondagem não ultrapassa 3% na generalidade das questões colocadas, ressaltam, numa primeira análise, algumas conclusões que importa analisar e aprofundar, nomeadamente as três que aqui destacamos.

Já em Março de 2001, no Relatório Global da 1ª fase do programa de Avaliação Externa da aplicação do Decreto-Lei n.º 115-A/98, elaborado pela Faculdade de Psicologia de Ciências da Educação da Univer-

sidade de Lisboa, se constatava que “faltou desde o início uma noção clara dos contornos políticos em que a criação dos agrupamentos se inseria, bem como dos critérios e opções que deveriam ser considerados na sua concretização”, pelo que as Direcções Regionais conduziram este processo “por tentativa e erro, com mais ou menos sensibilidade e bom senso”. Apesar disso, foi possível alguma flexibilidade na tipologia dos agrupamentos, fazendo

“depender as soluções concretas das condições específicas do terreno”.

Ora, os desenvolvimentos posteriores, em particular os que ocorreram em 2003, acabaram com qualquer tentativa de solução diferenciada e contextualizada, frustrando expectativas e fomentando conflitos. Neste quadro, urge analisar e avaliar a realidade criada e encontrar as alternativas para os problemas identificados neste e noutros estudos. ■

**Os objectivos apontados pela administração para a (re)constituição dos agrupamentos não foram alcançados, sendo significativo que dos vinte aspectos explicitados no questionário, nenhum tenha obtido uma avaliação positiva quanto ao grau de concretização**

OBJECTIVOS	Nº	Min	Max	Média
4.01 - Permitir a construção de um Projecto Educativo comum	1093	1	5	2,88
4.02 - Acabar com o isolamento das escolas	1110	1	5	2,83
4.03 - Aumentar a comunicação entre escolas e docentes do Agrupamento	1112	1	5	2,81
4.04 - Melhorar a informação sobre os Alunos	1108	1	5	2,71
4.05 - Facilitar as tarefas administrativas	1094	1	5	2,69
4.06 - Promover a partilha de experiências entre docentes	1097	1	5	2,69
4.07 - Melhorar o conhecimento de cada ciclo e o seu processo de funcionamento	1101	1	5	2,66
4.08 - Diminuir problemas de adaptação dos alunos na transição de ciclos	1091	1	5	2,66
4.09 - Favorecer a coordenação e a coerência dos percursos escolares dos alunos	1082	1	5	2,62
4.10 - Facilitar o trabalho cooperativo entre todos os docentes	1084	1	5	2,60
4.11 - Melhorar a articulação curricular entre ciclos	1090	1	5	2,59
4.12 - Rentabilizar os recursos humanos do Agrupamento	1097	1	5	2,54
4.13 - Aumentar o convívio entre alunos	1094	1	5	2,53
4.14 - Criar condições para o aumento da qualidade das aprendizagens	1105	1	5	2,52
4.15 - Aumentar as possibilidades para o cumprimento da escolaridade obrigatória	1087	1	5	2,51
4.16 - Rentabilizar os recursos materiais das escolas do Agrupamento	1088	1	5	2,51
4.17 - Aumentar a interacção com as autarquias e grupos locais	1074	1	5	2,50
4.18 - Combater a exclusão social	1091	1	5	2,46
4.19 - Aumentar a participação dos pais na vida da Escola	1099	1	5	2,44
4.20 - Criar condições para que se concretize a autonomia	1082	1	5	2,38



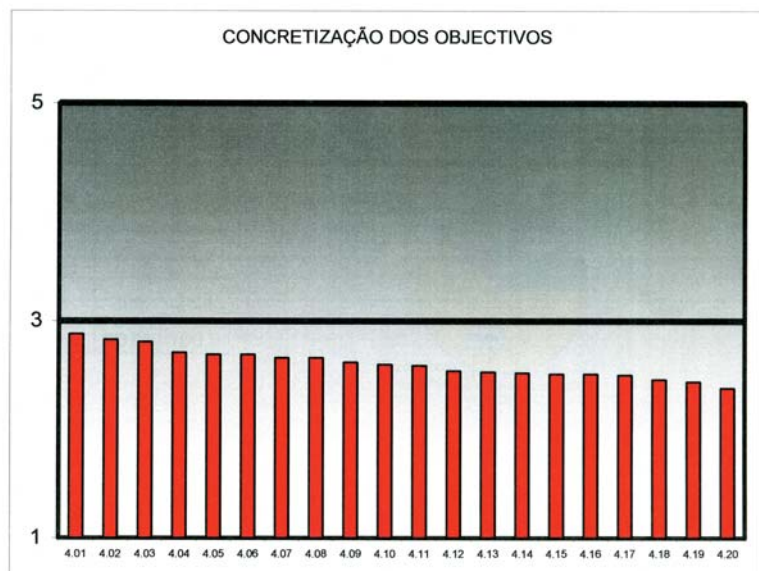
grau de concretização:

5- elevado



1- nenhum

CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS





# Licínio Lima comenta o processo de recentralização política e administrativa da Educação



O processo de recentralização política e administrativa da educação, operado a partir do XV Governo Constitucional, caracterizou-se pela combinação, aparentemente paradoxal, de estratégias de reconcentração (descritas em texto anterior) com estratégias de desconcentração, estas sobretudo em torno do "reordenamento da rede de ofertas educativas".

**A** lógica de verticalização imposta quase generalizadamente aos agrupamentos de escolas já constituídos e também àqueles que vieram a ser formados na sequência do Despacho n.º 13.313 do então Secretário de Estado da Administração Educativa, representou a principal solução desconcentradora. Contrariando o estabelecido na Lei de Bases de 1986 e também no Decreto-Lei n.º 115-A/98, o referido Despacho impõe unilateralmente um dado modelo de agrupamento das escolas, imposição que foi interpretada

de forma especialmente zelosa por certos directores regionais de educação, tendo um deles admitido publicamente que, no âmbito da sua Direcção Regional, a respectiva condução do processo terá sido "pelo menos, musculada". Em pouco tempo, de facto, 12.663 estabelecimentos de educação e ensino foram reduzidos a 765 agrupamentos, dos quais 85,5% de tipo vertical, segundo dados do ME relativos a finais de 2004.

Objecto de um processo de erosão, cada escola agrupada passou à categoria de "subunidade de gestão", vendo os seus órgãos de representação e gestão (ainda que mínimos, em muitos casos) deslocalizados para a escola-sede do agrupamento, sem se poder descortinar qualquer ganho em termos de "reforço" da sua autonomia. Ao invés, o que terá saído reforçado terá sido o carácter periférico da escola, já não apenas face aos órgãos do poder central, mas também face à própria sede do agrupamento, a qual se constitui como a verdadeira "unidade de gestão". Mais do que representar os interesses, amplificar as vozes ou reforçar a autonomia das escolas agrupadas, a escola-sede passará sobretudo a representar a administração central junto das escolas-outras, assumindo-se como o nível mais estratégico da administração desconcentrada; um novo escalão que poderá vir a dispensar facilmente os próprios coordenadores educativos.

Esta estratégia de desconcentração radical é acompanhada por novos instrumentos de gestão da informação que vêm sendo desenvolvidos há já vários anos, configurando uma situação de taylorismo informático que cava um ainda maior fosso entre a concepção e a execução, reduzindo frequentemente os órgãos de gestão escolar a simples dispositivos ao serviço da burocracia central para quem mais e melhor

informação possibilitam maior controlo. Apuramento de vagas de professores, requisições de pessoal, resultados da avaliação dos alunos, para além de ofícios-circulares e outras directivas, entre tantos outros elementos, são agora processados electronicamente e estandardizados, por vezes sujeitos a datas bem fixadas e, até, a preenchimentos com prazos estabelecidos até ao minuto. A capacidade de hiperprodução de regras aumentou consideravelmente, tipificando a realidade escolar através dos mesmos códigos e das mesmas categorias, criando um clima de vigilância permanente e um sentimento de insegurança proporcional à incapacidade que os sistemas altamente centralizados evidenciam para, de forma inteligente e célere, corrigirem os seus próprios erros.

O prometido reforço da autonomia da escola parece cada vez mais uma miragem. O reforço do controlo central sobre as escolas é, pelo contrário, uma realidade quotidianamente testemunhada nas periferias, bem como a gestão da crise de financiamento público, que frequentemente assenta na difícil (e por vezes mesmo impossível) partilha dos recursos próprios da escola-sede, sempre escassos, com as escolas agora agrupadas em seu torno. Não sendo plausível uma reestruturação global dos agrupamentos existentes, pelo menos no futuro próximo, importará saber o que irá o XVII Governo Constitucional fazer com eles. Como corrigir os erros cometidos, como ultrapassar resistências e obstáculos, como aproveitar o seu potencial organizacional e educativo em termos associativos-autonómicos?

Só devolvendo protagonismo aos actores locais, reforçando efectivamente a autonomia dos agrupamentos (e não apenas das suas sedes), admitindo a pluralidade de soluções e a diversidade de morfologias, será possível vir a contrariar as lógicas racionalizadoras-centralizadoras e a ganhar credibilidade e legitimidade políticas junto das actuais periferias escolares. ■

"A Página", n.º 145, Maio 2005



# DOSSIER

QUESTÕES  
CUJA RESOLUÇÃO  
DEVE TER  
CARÁCTER  
PRIORITÁRIO



# Breve explicação

**A** FENPROF decidiu enviar ao Ministério da Educação um dossier contendo um conjunto de questões que considera de **carácter prioritário**, algumas a necessitarem de resposta muito urgente, que pretende venham a ser agendadas para efeitos de negociação com o Ministério da Educação.

Ao agendamento deverá corresponder uma calendarização que tenha em conta a prioridade conferida às questões apresentadas sendo, deste modo, retomada a relação institucional entre o Ministério da Educação e a FENPROF, no domínio da negociação.

Para além das questões abordadas, a FENPROF considera indispensável – pelo que manifestou inteira disponibilidade para debater e emitir posição – que se desenvolvam processos negociais em torno das matérias que na reunião realizada entre o Ministério da Educação e a FENPROF, no passado dia 18 de Abril, foram referidas pela Senhora Ministra como merecedoras de medidas concretas no curto prazo, a saber: introdução do Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico, reforço do ensino da Matemática no 1º Ciclo, ocupação dos tempos livres dos alunos e formação e qualificação de adultos.

A FENPROF aguarda, pois, que seja indicada a Secretaria de Estado competente para a negociação de cada um dos assuntos referidos neste *dossier*, bem como a marcação das primeiras reuniões negociais. ■

28. Abril. 2005

O Secretariado Nacional da FENPROF

## Duas medidas de grande urgência

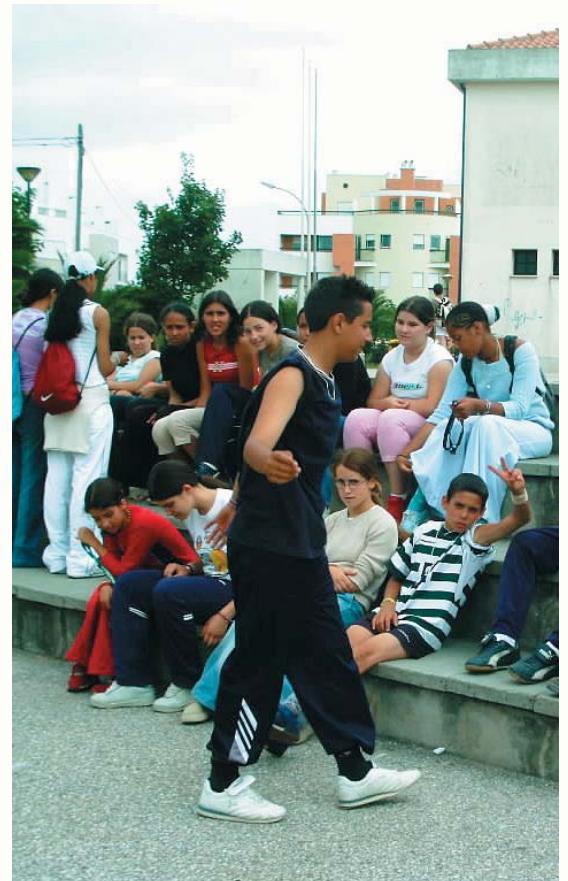
- **Suspensão dos exames previstos para o 9º ano de escolaridade**

**A** FENPROF reafirma a sua posição favorável à suspensão dos exames de 9º ano previstos para o final do presente ano lectivo.

A forma completamente desastrosa como se iniciou o ano em curso, com atrasos muito significativos na colocação de professores, criou situações extremamente diferenciadas entre escolas e mesmo entre alunos da mesma escola.

Algumas escolas propuseram ao Ministério da Educação iniciativas específicas no sentido de recuperarem os atrasos verificados, mas porque a solução exigia a colocação de mais professores, ou o aumento do crédito global de horas, não foram autorizadas a avançar com essas iniciativas.

Perante esta situação, a FENPROF reafirma, uma vez mais, a sua proposta de **suspensão dos exames previstos para os alunos matriculados no 9º ano de escolaridade, no ano lectivo de 2004-05.** ■





## ● Regularização do calendário escolar da educação pré-escolar

**A** Educação Pré-Escolar é considerada, em diploma legal, como a primeira etapa da educação básica. Contudo, a forma como nos últimos anos o calendário escolar tem sido estabelecido para este sector de educação, nega, de facto, aquele conceito.

Ao aumentar o número de dias lectivos e reduzir as pausas a simples interrupções da actividade docente, tem-se negado a possibilidade dos educadores de infância usufruírem de períodos destinados à avaliação e à preparação de actividades, como se dificulta, por vezes impedindo, a sua participação em reuniões dos órgãos dos agrupamentos em que se integram os seus jardins de infância

A FENPROF não aceita que através do aumento de dias lectivos na Educação Pré-Escolar se pretenda suprir outras carências, designadamente as que decorrem de uma ainda frágil resposta social, porque



tais carências jamais poderão ser superadas desta forma.

Por fim, e este aspecto não é irrelevante, esta situação põe em causa direitos dos educadores de infância consagrados no seu estatuto de carreira, por colidir com a possibilidade de usufruírem de períodos de interrupção da actividade docente iguais aos dos seus

colegas do ensino básico e por impedir o gozo de todos os dias de férias por parte dos educadores com mais tempo de serviço.

Assim, a FENPROF reafirma a posição de exigência de um calendário escolar para a Educação Pré-Escolar igual ao que for definido para todo o Ensino Básico. ■

## Relação negocial e representatividade sindical

**E**do domínio público a insustentabilidade da situação sindical no grupo profissional docente. Organizações de cariz sindical florescem como cogumelos, como o comprovam as mais recentes nascenças: o SPES (Sindicato dos Professores do Ensino Superior), o SIPE (Sindicato Independente dos Professores e Educadores), o SMP-NOVUM (Sindicato Moderno dos Professores) e o SNPES (Sindicato dos Professores do Ensino Secundário).

A elas se juntam outras como a ASPL, o SNPL, a AS Pró-Ordem, o SPLIU, o SEPLEU, o SIPPEB ou o SINAPE, entre um conjunto largo de organizações que se reclamam sindicalmente representativas dos docentes.

No nosso país não se encontram instituídos, como em Espanha, França ou Itália, processos de medição da representatividade sindical, pelo que todas as organizações existentes, ainda que sem um número razoável de associados, são institucionalmente consideradas em pé de igualdade, designadamente para efeitos de negociação, o que é verdadeiramente inadmissível.

Esta situação de intensa pulverização não dignifica a actividade sindical, como não beneficia a classe docente que, bem pelo contrário, é prejudicada com a



situação. Também no capítulo negocial, a morosidade que resulta da auscultação de tão elevado número de organizações, torna muito extensas e exaustivas as rondas negociais. Além disso, há situações estranhas que, salvo melhor justificação, se nos afiguram irregulares. Por exemplo, como pode o Presidente de uma associação sindical (que usufrui de todas as prerrogativas de um sindicato) ser Vice-presidente de outra organização sindical? Como podem surgir dirigentes com redução total de serviço em organizações sem processos eleitorais conhecidos, e com dirigentes que poucos dias antes

não eram sequer associados daquelas organizações?

A ausência de uma fiscalização efectiva neste domínio tem permitido situações que se afiguram irregulares, eticamente condenáveis e sindicalmente inaceitáveis.

Perante este problema, a FENPROF considera imprescindível, no imediato, a fiscalização rigorosa de todas as organizações sindicais docentes, designadamente no que respeita a processos de constituição, eleições, estatutos e regularização junto do Ministério do Trabalho principalmente da situação dos seus dirigentes com redução parcial ou total de serviço docente.

A FENPROF considera ainda necessário que nos processos negociais que se avizinham, o relacionamento institucional entre o Ministério da Educação e a FENPROF seja diferente do que se estabelecerá com outras organizações de cariz alegadamente sindical, tendo em conta que a Federação Nacional dos Professores é constituída por sete sindicatos – SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPRA, SPM e SPE – que no seu conjunto contam com mais de setenta mil docentes sindicalizados, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, sendo inquestionavelmente a maior e mais representativa organização sindical docente portuguesa. ■



# Estabilidade de emprego e profissional dos docentes

## Concursos para o ano 2005/2006

Apesar de reconhecer que o concurso para o próximo ano escolar não tem levantado problemas de maior do ponto de vista técnico, a FENPROF entende dever assinalar alguns aspectos que perturbaram o processo e relativamente aos quais o Ministério da Educação foi alertado em devido tempo não tendo, contudo, acautelado devidamente os problemas.

### Aviso de Abertura

**N**a análise realizada pela FENPROF ao Aviso de Abertura do concurso nº 1413-A/2005 publicado em 11 de Fevereiro constatam-se algumas discrepâncias entre este texto e a legislação que regulamenta os concursos:

1. A explicitação que é feita no ponto 2.7 do Aviso de Abertura, quer relativamente à qualidade em que o serviço docente foi prestado nos dois últimos anos anteriores ao concurso, quer relativamente à explicitação que é mencionada sobre a tutela das escolas públicas em que o mesmo foi prestado, extravasa completamente o disposto no Decreto-Lei nº 35/2003 de 27 de Fevereiro com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 20/2005 de 19 de Janeiro.

Efectivamente o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 35/2003 apenas refere que os candidatos ao concurso externo são posicionados na 1ª prioridade **desde que sejam profissionalizados e tenham prestado num dos dois anos lectivos imediatamente anteriores ao concurso funções em estabelecimentos de educação ou de ensino públicos.**

Apesar de toda a controvérsia gerada desde o ano anterior sobre esta matéria, o Ministério da Educação manteve a situação, razão pela qual se prevê um significativo número de reclamações e recursos de professores atingidos por esta interpretação.



2. Outra questão extremamente complexa refere-se à não admissão e exclusão dos candidatos ao concurso interno e externo declarados incapacitados para o exercício de funções docentes, pela junta médica regional (**ponto 6.6 do XIII**). Isto é, relativamente aos eventuais candidatos ao concurso interno, o Ministério da Educação entende que, embora o concurso seja a única forma de mobilidade para os docentes, há uma parte deles (os que estão sem componente lectiva por motivo de doença) que perdem esse direito. Esta matéria é omissa nos diplomas que regulamentam o concurso.

Relativamente a este problema a FENPROF defendeu e continua a defender que o concurso preveja a mobilidade de todos os docentes, enquanto se mantiverem na respectiva carreira. No sentido de evitar a atribuição de horários lectivos a docentes que os não vão efectivamente ocupar, exigimos que fosse explicitada, em sede de candidatura, a situação "sem componente lectiva atribuída por motivo de doença". Quanto aos docentes dos Quadros de Zona Pedagógica, a situação é a mesma, para os que pertencerem a QZP afastados das suas residências, encontram-se igualmente impossibilitados de se aproximarem.

Também sobre esta matéria o Ministério da Educação não se pronunciou, desconhecendo os professores que se encontram nesta situação os mecanismos de que dispõem para se aproximarem das suas residências. Reconhecendo-se a sua



precária situação de saúde, seria legítimo que conhecessem as regras a que ficarão sujeitos.

### **Alteração de normas de candidatura**

No primeiro período de candidatura, entre 7 e 18 de Março, os candidatos ao concurso externo, quando candidatos à contratação, ao manifestarem preferências apenas por QZP, apenas podiam fazê-lo no campo 4.5.6 até ao número limite de 115, quando o limite de preferências possíveis é de 148. Constatou-se, contudo, que nos períodos seguintes aquele limite caiu, podendo os candidatos manifestar preferências até ao limite de 148.

Apesar do alerta da FENPROF para o problema, até à data o Ministério da Educação não se pronunciou. Não é aceitável que num concurso nacional tenha havido oportunidades diferentes para um determinado grupo de docentes, tornando-se obviamente necessário encontrar solução para a questão.

### **Erros na apresentação das candidaturas**

Relativamente ao significativo número de erros e invalidações de candidaturas que ocorreram, a FENPROF reconhece que alguns serão da responsabilidade dos docentes, mas a maioria é da responsabilidade do Ministério da Educação devido ao tardio e a alguma falta de esclarecimento aos docentes e às escolas sobre aspectos da candidatura e da sua validação. No que respeita ao processo de validação, constata-se que muitas das invalidações das escolas prendem-se com aspectos completamente inócuos para o processamento de graduação dos docentes em concurso. Apesar disso, de acordo com o aviso de abertura do concurso, os "erros" detectados constituem motivo de exclusão.

Neste contexto, a FENPROF considera necessário encontrar mecanismos que possibilitem a resolução de boa parte dos problemas para momento anterior ao período de reclamações para que as listas graduadas provisórias se aproximem o mais possível da realidade. A não ser assim, o período de reclamações constituirá mais um momento de enorme instabilidade para candidatos e escolas.

### **Despacho nº 6365/2005 de 24 de Março:**

#### **Acesso à profissionalização dos docentes com habilitação própria**

A publicação do citado despacho pretende resolver o problema da chamada à profissionalização dos docentes contratados com habilitação própria. Tais docentes, de acordo com o diploma que regulamenta os quadros e concursos poderão, a curto prazo,



ser impedidos de se candidatarem aos concursos nacionais, o que merece o mais vivo desacordo da FENPROF.

Embora a publicação do citado despacho constitua um avanço relativamente à situação actualmente existente, o seu conteúdo e o conjunto das condições impostas aos docentes são de tal modo restritivas que a FENPROF propõe que o Ministério da Educação agende uma reunião para o cabal esclarecimento das normas do despacho e a negociação de algumas alterações que se impõem, bem como a garantia da sua aplicação já no próximo ano lectivo.

### **Decreto-Lei nº 20/2005 de 19 de Janeiro**

Sobre a legislação que regulamenta os concursos nacionais, a FENPROF reitera a necessidade de rever o citado diploma em matérias relevantes para a estabilidade do corpo docente e das escolas, nomeadamente a negociação de mecanismos que conduzam à vinculação dos professores profissionalizados ou com habilitação própria que servem o sistema há vários anos.

Por outro lado, a estabilização do corpo docente nas escolas exige, antes de tudo, o redimensionamento dos quadros de escola, adequando-os às necessidades permanentes das escolas e a criação de incentivos à fixação em zonas isoladas ou desfavorecidas. A FENPROF considera igualmente importante o redimensionamento da área geográfica dos quadros de zona pedagógica. A par destas questões, é igualmente necessário e urgente rever a legislação sobre a definição dos grupos de docência e respectivas habilitações,

adequando-os à realidade actual.

### **Docentes de Técnicas Especiais**

Apesar das sucessivas alterações ao diploma que regulamenta os concursos nacionais, o Ministério da Educação continuou a ignorar a situação caricata que anualmente vivem os docentes contratados de Técnicas Especiais que apesar de possuírem, em variados casos, um número muito significativo de anos de serviço e estarem de acordo com o Estatuto da Carreira Docente, dispensados de realizarem profissionalização, estão impedidos de concorrer aos concursos nacionais e, neste contexto, estão sujeitos, ano após ano, à contratação por oferta directa de escola. Esta é uma matéria sobre a qual a FENPROF propõe que o Ministério da Educação agende uma reunião com a máxima urgência.

### **Docentes vinculados com habilitação suficiente do grupo de Educação Física**

Estes docentes, abrangidos pelos Decretos-Lei 210/97, 66/2000 e 109/2002, continuam sem ver resolvida a sua situação profissional, já que o respectivo complemento de habilitação através da Universidade Aberta esteve bloqueado desde 1997 e continua, no momento actual, com muitos constrangimentos, quer ao nível do seu financiamento, quer ao nível da própria oferta das cadeiras do plano de estudos da respectiva licenciatura. A agravar este quadro, para sobre estes docentes, que na sua esmagadora maioria já realizaram as cadeiras da



profissionalização, a ameaça de passagem à carreira técnico-profissional no final do próximo ano lectivo. A FENPROF defende que se encontrem soluções que acautelem a situação profissional destes docentes (muitos deles com 30 ou mais anos de serviço e 60 ou mais anos de idade), nomeadamente através da sua consideração como profissionalizados, à luz do que está consagrado no artigo 5º do Decreto-Lei 66/2000.

#### Complementos de formação para docentes bacharéis

Desde 1999 que milhares de educadores e professores bacharéis tiveram acesso à formação complementar. Dessa forma, valorizaram-se do ponto de vista académico, profissional e remuneratório, obtendo o grau de licenciatura e garantindo o reposicionamento na carreira docente de

acordo com a sua nova habilitação.

Contudo, um número significativo de docentes em exercício não teve, até ao momento, acesso a essa formação complementar. Esta situação tem afectado, de modo particular, os professores dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, ainda que haja igualmente educadores de infância e professores do 1.º ciclo do Ensino Básico que aguardam também o acesso a essa mesma formação complementar.

Neste quadro, a FENPROF não pode deixar de lamentar uma situação criada e mantida por anteriores equipas do Ministério da Educação, exigindo, pois, a organização, no mais curto espaço de tempo possível, de cursos de complemento de formação, na quantidade e diversidade necessárias para atender às solicitações do sistema e dos docentes interessados. ■

## Rede Escolar e Agrupamentos de Escolas



**1** A FENPROF considera que a reestruturação da rede escolar, principalmente nas zonas rurais, deve ser assumida como uma preocupação central do sistema educativo, dado o grau de degradação de muitos edifícios, a falta de condições de trabalho e o isolamento de alunos e professores. Esta reestruturação da rede deve resultar do levantamento das necessidades educativas de cada concelho e envolver a

comunidade educativa na procura das soluções mais ajustadas aos diversos contextos regionais e locais. Não há soluções ideais que sirvam a todos. No local é que têm que se encontrar as soluções.

**2.** Sempre que a opção, colectivamente assumida, implicar o **encerramento de escolas** e a concentração de alunos em outro estabelecimento de ensino, o que



tem acontecido nalgumas zonas com escolas do 1º ciclo do ensino básico, há que salvaguardar diversas condições para garantir que as crianças passem a frequentar uma escola melhor do que a que tinham, passem a ter acesso a um conjunto de recursos e respostas educativas de que não dispunham, acautelando ao mesmo tempo as condições de deslocação dos alunos, ao nível da segurança, da duração dos percursos e das distâncias a percorrer.

**3. Tal como consagra a LBSE, a planificação da rede deve ter em vista a imprescindível humanização de espaços escolares,** o que deverá passar pela aposta em escolas básicas e secundárias de média dimensão, onde o número de alunos de cada turma seja determinado em função de critérios de natureza pedagógica e não, como acontece agora, em função de critérios meramente administrativos.

**4. Quanto aos agrupamentos de escolas,** a FENPROF considera que a associação de escolas pode ser uma solução positiva numa rede tão dispersa como a que caracteriza o 1º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar, podendo potenciar novas dinâmicas de trabalho pedagógico e o desenvolvimento de projectos educativos comuns. Mas também aqui não há soluções ideais, há soluções organizativas que favorecem mais a consecução de determinadas finalidades educativas, e são essas que têm que ser encontradas localmente.

A FENPROF considera inaceitável a forma como foi conduzido o processo de (re)constituição de agrupamentos de escolas no norte e no centro do país no final do ano lectivo 2002/2003 – processo que se traduziu na imposição de um modelo de formato único: agrupamentos verticais de grande dimensão, ignorando, e em muitos casos contrariando, dinâmicas locais e a vontade das comunidades educativas e até das autarquias. Foi um processo de má memória, que se caracterizou por inúmeras prepotências, irregularidades e ilegalidades, como a FENPROF, a CONFAP, a ANMP e, ainda recentemente, o Provedor de Justiça fizeram questão em denunciar.

**5. Tendo realizado um estudo de avaliação sobre o processo de reordenamento da rede escolar e sobre os efeitos desta nova realidade organizacional na administração do sistema educativo e no funcionamento das escolas,** a FENPROF exige também ao Governo uma avaliação institucional do impacto no terreno destes (mega) agrupamentos e soluções/alternativas para os problemas identificados. ■

# Financiamento do Ensino Profissional

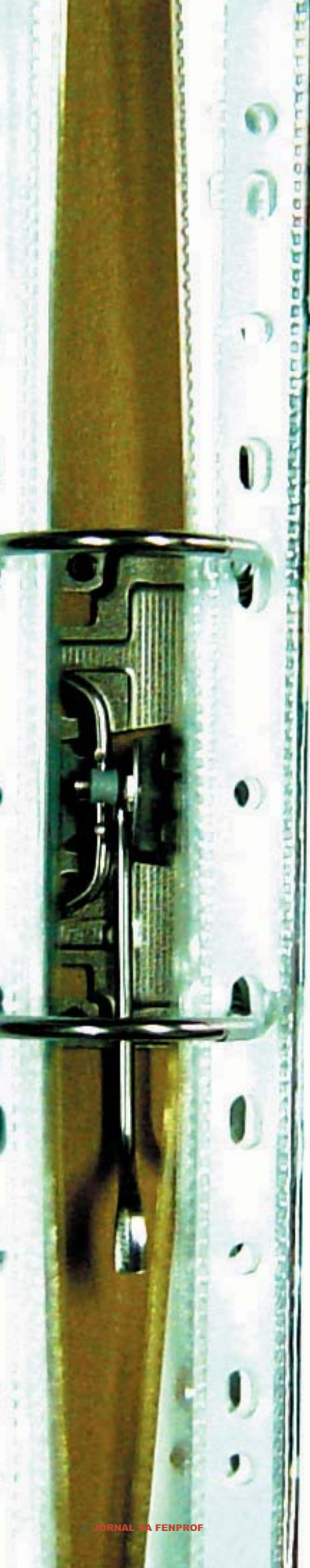


**Apesar de ser consensual a importância e o papel do ensino profissional no sistema educativo e o reconhecimento do mérito evidenciado pelas escolas profissionais, estas enfrentam graves problemas decorrentes dos modelos de financiamento que lhes estão a ser aplicados. Muitas escolas profissionais estão endividadas perante a banca e não cumprem os seus compromissos com terceiros, nomeadamente com os formadores/professores (muitos com vários meses de salários em atraso) e com os alunos.**

**C**om excepção das escolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), as escolas profissionais são financiadas através do Fundo Social Europeu (FSE) e de uma componente de comparticipação nacional, assegurada pelo Ministério da Educação e pela Segurança Social. O regime de adiantamentos que vigorou durante os primeiros anos foi substituído pelo de reembolsos sem que se tivesse em conta a natureza das escolas profissionais e o seu funcionamento. A partir da publicação do novo regime jurídico das escolas profissionais, estipulado pelo

Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de Janeiro, o próprio regime de reembolsos sofreu uma alteração significativa, criando dificuldades acrescidas a estas escolas. Num primeiro momento, os pedidos de reembolso apresentados eram quase de imediato pagos, procedendo-se a acertos no reembolso seguinte e/ou no saldo final. A partir do início da aplicação do QCA III cada pedido de reembolso é analisado autonomamente, sendo frequente que uma despesa realizada e paga pelas instituições apenas seja reembolsada três ou quatro meses depois, na melhor das hipóteses.





Como a esmagadora maioria das escolas profissionais são asseguradas por entidades e associações de utilidade pública sem fins lucrativos, que não possuem meios financeiros compatíveis com este sistema de financiamento, está a verificar-se o seu estrangulamento progressivo, porque entre a realização e o pagamento de uma despesa e o seu reembolso, têm que aguardar vários meses. Muitas delas têm que recorrer à banca para tentar fazer face aos muitos compromissos assumidos e para garantirem o seu funcionamento. Este quadro é agravado pelo facto dos juros bancários não serem considerados elegíveis no âmbito do PRO-DEP.

Por outro lado, o modelo de financiamento aplicado às escolas profissionais da RLVT (região não abrangida pelos fundos comunitários), desde 2003/2004 agravou ainda mais a precária situação destas escolas, uma vez que o valor das bolsas atribuído pela Direcção Geral de Formação Vocacional é claramente insuficiente para o normal funcionamento destas instituições. O Ministério da Educação reconheceu já este facto, ao aprovar, através da Portaria nº 246/2005, de 9 de Março, novas regras de financiamento para estas escolas a partir do ano lectivo 2005/2006. Sendo esta uma medida de sentido positivo, resta agora saber se os critérios e os montantes do financiamento deste novo modelo irão respeitar os valores reais dos custos dos cursos e se não colocarão em causa, uma vez mais, o desenvolvimento dos projectos educativos das escolas e o seu funcionamento.

Sob pena de começarmos a assistir ao rápido encerramento de escolas profissionais e à destruição do subsistema do ensino profissional, **a FENPROF considera da máxima urgência a tomada de medidas que permita alterar e/ou agilizar a aplicação dos fundos comunitários às escolas profissionais. Entre outras medidas, poderá regressar-se ao regime de adiantamentos ou ao pagamento dos pedidos de reembolso na data da sua recepção nos Serviços, com os necessários acertos**



**nos reembolsos seguintes, como se verificava anteriormente.** A generalidade das escolas não terá certamente qualquer problema quanto à sua viabilidade financeira, se receberem a tempo e horas os montantes a que têm direito e de que precisam para o seu normal funcionamento.

Só assim será possível desenvolver uma estratégia correctiva e reforçar a aposta no ensino profissional. Só desta forma será possível criar as condições para que os professores e formadores das escolas profissionais tenham acesso a uma carreira digna e valorizada e a um contrato de trabalho específico.

Contudo, **a verdadeira aposta no desenvolvimento e valorização do ensino profissional passa, fundamentalmente, pela crescente oferta pública de cursos profissionais.** É urgente, por isso, que o Estado e o Ministério da Educação assumam as suas responsabilidades nesta matéria, **criando todas as condições, em termos financeiros, humanos e materiais, para que os cursos profissionais possam ser generalizados, com qualidade e sucesso, nas escolas públicas.** ■





# Educação ao Longo da Vida

## Ensino Recorrente

**A** FENPROF regista com agrado a intenção do Ministério de Educação, manifestada na reunião de 18 de Abril de 2005, de destacar como marcas da sua actuação “**apostar na qualificação dos adultos e, de uma forma geral, dos activos**”, aguardando, por esse motivo, propostas concretas que se orientem nesse sentido.

A FENPROF tem defendido que a resposta aos baixos índices de escolaridade da população portuguesa deverá assentar numa vasta gama de oportunidades de aprendizagem tendo em conta o necessário equilíbrio entre as diferentes ofertas quer ao nível do público-alvo, quer dos desenhos curriculares, quer, ainda, ao nível dos recursos disponíveis.

Esta questão foi, mais uma vez, objecto de análise no Encontro de Quadros Sindicais sobre Educação de Adultos, promovido pela FENPROF no dia 26 de Novembro de 2004.

A Educação de Adultos em Portugal nos últimos anos tem merecido da parte da FENPROF uma atenção e reflexão contínuas e tem constituído um campo permanente de reivindicação perante as várias equipas ministeriais que, infelizmente, pouco fizeram para responder ao apelo da sociedade portuguesa no sentido de se inverter uma situação caracterizada pelas baixíssimas taxas de escolarização da sua população jovem e adulta. Contudo, nos últimos anos tem sido reduzida a oferta do Ensino Recorrente nas escolas públicas, tendo mesmo, em 2002/2003 sido encerrados cursos nocturnos em 34

escolas da Grande Lisboa o que impossibilitou milhares de jovens de os frequentar, para além de ter originado um aumento muito grande do número de horários-zero naqueles estabelecimentos de ensino.

Independentemente de uma análise mais aprofundada das diversas ofertas de educação de adultos, entre as quais as desenvolvidas pelos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, a FENPROF considera urgente, no imediato, que sejam consideradas as seguintes medidas:

**1. Avaliação do primeiro ano do Ensino Secundário Recorrente por módulos:** O sucesso de um novo modelo depende de uma avaliação rigorosa e constante. É **necessária a criação de uma comissão de acompanhamento** que possa avaliar regularmente o novo modelo e possibilite a introdução de alterações/adaptações julgadas necessárias. A precipitação na generalização de experiências tem conduzido a resultados francamente maus. O caso da generalização do SEUC, em 1995, ao Ensino Secundário constitui um exemplo a não repetir. A importância desta avaliação é tanto mais pertinente quanto não houve nenhum período de experimentação da reforma curricular em curso. Perante os dados já conhecidos, a FENPROF considera imprescindível a existência das seguintes condições:

- Permeabilidade entre diferentes modelos e sistemas de Ensino;
- Criação de um regime de equi-

valências para fazer face à coexistência dos diferentes modelos (por unidades capitalizáveis, por módulos, Ensino Regular, Ensino Profissional, RVCC, CEF ...);

- Adaptações dos horários nocturnos para suportar, por exemplo, 15 unidades de 90 minutos sem ultrapassar a carga horária semanal anteriormente existente (19 horas /23horas);

- Homologação e adaptação de programas, principalmente os das disciplinas que não têm a mesma carga horária do Ensino Regular;

- Elaboração de guias de aprendizagem/manuais adaptados a este modelo de ensino;

- Reduções para o desempenho de cargos, nomeadamente o de coordenador pedagógico da turma, o de director de curso tecnológico e o de director de curso artístico especializado;

- Formação contínua específica para leccionar neste modelo.

**2. Reestruturação do Ensino Básico Recorrente, especificamente do 3º ciclo,** já que o sistema de ensino era o mesmo do que o do Ensino Secundário – Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis (SEUC).

**3. Adaptações a introduzir no regime de faltas** (o mesmo do ensino regular) de modo a responder à **especificidade deste público-alvo que trabalha e tem vida familiar.**

**4. Alargamento da rede de escolas públicas com oferta de ensino recorrente** que facilite a frequência deste público-alvo respeitando os projectos educativos de cada escola. ■





## Ensino Artístico

**D**iploma que cria os quadros e modos de acesso nas Escolas de Música dos Conservatórios, no Instituto Gregoriano e na Escola de Dança do Conservatório Nacional.

Este diploma tem vindo a ser negociado ao longo dos últimos anos. Ainda recentemente foi de novo apresentado às escolas envolvidas um projecto para apreciação. Estão claramente identificados os pontos de consenso e os de divergência. A FENPROF tem acompanhado o processo juntamente com as escolas envolvidas e já apresentou o seu parecer. Há todas as condições para uma conclusão imediata e satisfatória deste processo. Com ele se articula a possibilidade de profissionalização dos docentes nestas escolas.

**Situação profissional dos “professores acompanhadores” na Escola de Dança do Conservatório Nacional**

Um número restrito de músicos desempenha na EDCN a tarefa de acompanhar instrumentalmente as aulas de dança. Contratados como “professores-acompanhadores” nas mesmas condições de contrato de professores contratados, não têm contudo qualquer acesso à carreira ou profissionalização. Tem sido questionada a sua “classificação” como professores, indefinição que tem implicado a ausência de qualquer solução profissional. Pode

discutir-se se devem ser integrados na carreira docente, na carreira técnica superior da Função Pública ou se deve ser criada uma carreira própria. A situação é conhecida pelo núcleo de ensino artístico do ME. Urge tomar decisões.

**Habilitações para o ensino da Música no 2º ciclo e Ensino Secundário, bem como nas escolas particulares**

Está instalada há anos enorme confusão neste domínio, de que têm resultado situações inadmissíveis tais como a anulação de colocações em quadros de escolas, a anulação de estágios pedagógicos e o “abaixamento” de níveis remuneratórios. Situações que tornam imperiosa a criação de medidas clarificadoras.

**Complemento de formação dos professores de Educação Musical**

Há muitos destes professores, portadores dos antigos cursos dos conservatórios a que não correspondiam quaisquer graus “académicos”, que foram “equiparados” a bacharéis para carreira e vencimentos, mas não para prosseguimento de estudos. Os esforços para que pudessem ter acesso aos “complementos de formação” fracassaram uma vez que foi considerado não estarem abrangidos pelos critérios de financiamento previstos para essa operação. Urge desbloquear a possibilidade de acesso ao 10º escalão da carreira docente. ■



# Valorizar o Ensino Português no Estrangeiro

**A** FENPROF reconhece e considera importantes os vários modelos de ensino que contribuem para a promoção e divulgação da Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro, como o Ensino do Português Língua Estrangeira, os Leitorados, as Cátedras, a Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa e o Ensino do Português Língua e Cultura de Origem.

Mas, no respeito pelos preceitos constitucionais e pelas Comunidades Portuguesas residentes no estrangeiro, é fundamental manter e melhorar o modelo que tem assegurado o Ensino de Português Língua e Cultura de Origem (para alguns, Português Língua Materna).

Estamos conscientes da necessidade de adaptar esta modalidade de ensino às novas exigências sociais e que é fundamental que se definam objectivos e reformulem programas, sempre em acordo com os países de acolhimento. As novas tecnologias ao serviço deste ensino poderão constituir um compromisso essencial de uma estratégia de desenvolvimento, associando-as às práticas tradicionais de um ensino directo. Para isso, é desejável que, através da via do diálogo, da concertação, da negociação e sempre com os professores, se criem plataformas de entendimento que facilitem, aproveitando os recursos disponíveis, uma melhor promoção e divulgação da Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro.

A FENPROF defende, pois, que se protejam os direitos educacionais dos cidadãos portugueses e seus descendentes que vivam e trabalhem no estrangeiro e exige a resolução de diversos problemas relacionados com o exercício da docência no ensino português no estrangeiro, designadamente a actualização das tabelas salariais dos professores, uma cobertura social idêntica de todos os docentes, a rentabilização da experiência adquirida e da qualificação profissional dos docentes. ■



## Ensino Particular e Cooperativo

**O**s docentes do Ensino Particular e Cooperativo bem como os das Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias Portuguesas exercem uma função de interesse público e têm os direitos e estão sujeitos aos deveres inerentes ao exercício da função docente.

Quer o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Dec-Lei nº 553/80), quer a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar estabelecem como princípio, no que respeita aos docentes, a criação de condições de exercício e de valorização profissionais idênticas aos colegas a exercerem no Ensino Público.

A FENPROF tem sempre pautado a sua actuação tendo como referência aqueles princípios, contribuindo assim para a defesa da dignificação e estabilidade do sector.

Contudo, pouco se tem avançado na resolução dos problemas com que os docentes se defrontam, o que consequentemente tem prejudicado a qualidade do ensino ministrado neste sector.

Assim, no que respeita ao Ensino Particular e Cooperativo, a ausência de publicação de Portarias de Extensão respeitantes aos Contratos Colectivos de Trabalho do sector desde o ano lectivo





2000/2001, retidas no Ministério da Educação, é uma situação que muito nos preocupa pelas desigualdades que cria entre os vários estabelecimentos de ensino e consequentemente entre os docentes que neles trabalham.

Quanto às IPSS's, estas, através das respectivas Uniões (União das IPSS's, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas) celebraram com o Governo em Maio de 1998, um protocolo de cooperação através do qual acordaram o processo de envolvimento dos estabelecimentos de educação pré-escolar das IPSS's no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, passando os mesmos a integrar a Rede Nacional de Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97 e Decreto-Lei nº 147/97).

No âmbito desse protocolo, começaram

pachos subsequentes pressupõem a aplicação das Tabelas Salariais dos Educadores de Infância constantes do Contrato Colectivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo.

Pela acção dos Educadores de Infância que trabalham nestas Instituições, apoiados pelos vários Sindicatos da FENPROF, um número significativo de Instituições já aplica as tabelas do Ensino Particular e Cooperativo.

Mesmo assim, existe ainda um número significativo de IPSS's que se recusam a fazê-lo.

Assim, é de toda a conveniência a rápida clarificação, por parte do actual Governo, desta situação pois estão em causa a aplicação e respectiva fiscalização dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.

Também na área da formação, os



as IPSS's a receber do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade subsídios para as respectivas componentes, educativa e sócio-educativa.

Este apoio financeiro concedido pelo Estado às IPSS's tem vindo a ser actualizado, por um Acordo, uma Adenda e posteriormente por Despachos Conjuntos ministeriais publicados em Diário da República (Despachos nº 19 e nº 20/2003 publicados em 10 de Janeiro de 2003, Despachos nº 27 e nº 28/2004, publicados em 29 de Dezembro de 2003 e os Despachos nº 113 e nº 115/2005 de 7 de Fevereiro de 2005).

Ora, quer o Protocolo quer os des-

docentes do Ensino Particular e Cooperativo e das IPSS's se deparam com inúmeros obstáculos no acesso à profissionalização em serviço, ao completamento de formação e à formação contínua.

Perante esta realidade, a **FENPROF aguarda a marcação de uma reunião de trabalho** para análise das questões já mencionadas, mas também de outras que afectam este sector e cuja solução tem sido sucessivamente adiada, nomeadamente no que respeita à contagem de tempo de serviço dos educadores de infância, aos complementos de formação dos docentes que não possuem o grau de bacharelato, às autorizações de leccionação e à aposentação. ■



# Os portugueses pagam as pensões principescas de titulares de cargos políticos

■ Eugénio Rosa (*Economista*)

10% da população activa está desempregada em Portugal e verificou-se destruição líquida de emprego no 1º trimestre de 2005

## Resumo deste estudo\*

No 1º trimestre de 2005, o desemprego oficial atingiu em Portugal 412.600 portugueses, mas o desemprego corrigido, muito mais próximo da realidade, calculado com dados publicados pelo INE, atingiu 548.900.

Na mesma data a taxa oficial de desemprego era de 7,5%, enquanto a taxa de desemprego corrigida atingiu 10%, portanto um valor, pela primeira vez em Portugal, de dois dígitos.

No 1º trimestre de 2005, pela primeira vez também durante muitos trimestres, verificou-se uma diminuição líquida de emprego, pois, de acordo com dados publicados pelo INE, o emprego total em Portugal era, no 1º Trimestre de 2005, inferior ao existente no 4º Trimestre de 2004, em 39.600 postos de trabalho. Portanto, contrariamente ao que o governo PS prometeu – criação líquida de mais 150.000 postos de trabalho – o que se está a verificar é uma destruição líquida de postos de trabalho pois o seu número, passou, entre o 4º Trim. 2004 e 1º Trim. 2005, de 5.133.900 para 5.094.400.

A análise dos dados publicados pelo INE revela também que a destruição de emprego está atingindo não apenas as profissões de "qualificação de banda estreita e de baixa escolaridade" como sucedeu nos anos anteriores, embora continuem a ser os trabalhadores destas profissões os mais atingidos pelos despedimentos (76.300 entre 4º Trim. de 2003 e o 4º Trim. de 2004; e 48.700 entre o 4º Trim. de 2004 e o 1º Trim. de 2005), mas também começa a atingir os trabalhadores de "qualificação e escolaridade média" (menos 31.700 postos de trabalho entre o 4º Trim. de 2004 e o 1º Trim. de 2005) e mesmo algumas profissões



de "elevada escolaridade e qualificação" (entre o 4º Trim. de 2004 e o 1º Trim. de 2005, os postos de trabalho de "especialistas das profissões intelectuais e científicas" diminuíram em 11.400).

Os dados do INE também revelam que, entre o 4º Trimestre de 2001 e o 1º Trimestre de 2005, o desemprego total aumentou 93,5%, mas o desemprego de longa duração (o com mais de 25 meses) cresceu 190,4%, ou seja, mais do dobro. Por outro lado, o peso de desemprego de longa duração tem crescido muito representando actualmente mais de um quarto do número total dos desempregados. O desemprego com uma duração superior a um ano já abrange metade dos desempregados, quando no 4º Trimestre de 2001 correspondia a 37,2% do número oficial total desempregados.

Entre Janeiro de 2001 e Junho de 2004, portanto em 3,5 anos, o número de pensionistas com reforma antecipada cresceu em 17.848, o que dá uma média de 5.100 por ano, portanto um crescimento que não é muito elevado. Ao suspender as reformas antecipadas num contexto de crescimento rápido do desemprego, de destruição líquida de emprego, e do não cumprimento da promessa de criação líquida de 150.000 postos de trabalho, o

governo está apenas a transformar pensionistas com reforma antecipada, em desempregados com ou mesmo sem subsídio de desemprego.

Contrariamente ao que se pretende fazer crer, as pensões que estão a provocar escândalo são pagas de uma forma directa ou indirecta pelo Orçamento do Estado, contribuindo para agravar o défice. E isto porque as pensões vitalícias dos políticos são pagas directamente pelo OE que todos os anos transfere para a CGA as importâncias necessárias. As pensões principescas pagas pelos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, da CGD, e de outras empresas públicas são também em grande parte pagas, embora de uma forma indirecta, pelo OE. E isto porque os lucros (dividendos) das empresas públicas constituem por lei receitas do Orçamento do Estado, e como uma parte desses lucros são utilizados para financiar esses Fundos de Pensões que pagam essas pensões, a parte que é entregue ao OE é menor, o que contribui para agravar o défice. Pode-se dizer que são os portugueses que estão a pagar, desta forma, uma grande parte dessas pensões embora o não saibam. ■

\* O estudo completo pode ser solicitado para: [edr@mail.telepac.pt](mailto:edr@mail.telepac.pt)

# Suspensão de reformas antecipadas com aumento do desemprego

Como mostram os dados do quadro, que são dados divulgados respectivamente pelo Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES do MSST) e nas Estatísticas da Segurança Social, o número de reformas antecipadas não têm aumentado da forma que se pretende fazer crer (quadro ao lado).

Como mostram os dados anteriores, entre Janeiro de 2001 e Junho de 2004, portanto em 3,5 anos, o número de pensionistas com reforma antecipada cresceu em 17.848, o que dá uma média de 5.100 por ano.

Para além disso, interessa ter presente que a reforma antecipada só é possível depois dos 55 anos e desde que se tenha 30 ou mais anos de descontos e, por cada ano de idade compreendida entre a idade que o trabalhador se reformou e os 65 anos, o trabalhador perde o correspondente a 4,5% do valor da pensão a que tinha já direito se não se verificassem descontos. É certo que por cada três anos de descontos a mais dos 30 anos é reduzido nos anos de desconto um ano. Mas mesmo assim, a redução no valor da pensão é muito grande.

Por exemplo, um trabalhador com 55 anos e com 30 anos de descontos. Se se reformar com 55 anos, a pensão a que teria direito se não sofresse qualquer redução na pensão seria o correspondente a 60% do chamado salário pensionável (a média dos 10 melhores salários anuais actualizados dos últimos 15 anos). Com a redução (4,5 x 10) receberá apenas o correspondente a 33% do salário pensionável. Se se reformar com a idade de 57 anos e 33 anos de descontos, teria direito, se não sofresse a redução na pensão, a 66% do salário pensionável; com redução (4,5% x 7, descontando já um ano por três mais 3 anos de descontos para além dos 30), ficará apenas com 45% do salário pensionável depois de 33 anos de descontos para a Segurança Social. São perdas muito elevadas, nomeadamente para trabalhadores de baixos salários.

No entanto, mesmo sujeitando-se a uma elevada perda, existiam trabalhadores (em média 5.100 por ano) que recorriam a antecipação da reforma, as mais das vezes porque eram considerados pelas empresas "velhos para trabalharem" e, findo o período a que tinham direito ao subsídio, e com a exclusão social a que eram sujeitos, viam-se compelidos a reformarem-se antes do tempo.

## Pensionistas por reforma antecipada

DATA	NÚMERO DE PENSIONISTAS POR REFORMA ANTECIPADA
Janeiro 2001	57.258
Janeiro 2002	60.773
Janeiro 2004	69.343
Junho 2004	75.106

FONTE: Jan 2001 e Jan 2002: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade  
Jan 2004 e Junho 2004: Estatísticas da Segurança Social – MTSS



Agora com a decisão do governo em suspender as reformas antecipadas, e numa situação de grave crise de emprego (destruição líquida de emprego e aumento rápido do desemprego) enfrentarão naturalmente a seguinte situação: no lugar de serem pensionistas por reforma antecipadas serão desempregados com direito a subsídio de desemprego (durante algum tempo) e depois desempregados sem direito a qualquer subsídio de desemprego (o resto do tempo). Poupanças à custa de uma maior miséria. A intenção parece ser também de agravar ainda mais o conflito social e de obter assim os aplausos da direita e dos defensores do pensamento dominante de cariz neoliberal que dominam actualmente os media.

## Um atentado à inteligência dos portugueses

Nos últimos dias tem-se assistido a um espectáculo triste de membros do governo (e não só) que têm defendido situações de privilégio que, comparadas com a situação da esmagadora maioria do Povo Português, com o atraso em que se encontra o País e com os sacrifícios que são pedidos aos portugueses, o menos que se poderá dizer é que são chocantes. E o argumento mais utilizado quer pelos próprios beneficiários desses privilégios quer pelos seus defensores é que essas pensões são "legais e legítimas".

Em relação à legalidade interessa lembrar que muitas vezes são os próprios beneficiários que elaboram as propostas e



obtêm a sua aprovação quando não mesmo as aprovaram. É uma legalidade que se ajusta às conveniências privadas. Quanto ao problema da legitimidade ele tem sido mal colocado. A ilegitimidade resulta não só de acumular uma ou várias pensões com a remuneração de ministro, ou de professor ou de um emprego privado como sucede em muitos casos, mas também por ser uma pensão de um valor elevadíssimo (no caso 8.000 euros), paga a partir dos 49 anos, que se obtém apenas com 6 anos de serviço. E é preciso ter presente que regimes como estes vigoravam e devem continuar a vigorar no Banco de Portugal pois não houve conhecimento que tenha sido alterado (certamente o dr. Victor Constâncio será um dos futuros beneficiários), na CGD (teve-se recentemente um "feliz" e conhecido contemplado, o eng. Mira Amaral) e certamente em muitas empresas públicas. E contrariamente ao que se pode pensar estes privilégios contribuem para agravar o défice orçamental. Para concluir isso basta ter presente o seguinte: as pensões com aqueles valores são pagas por Fundos de Pensões do Banco de Portugal, da CGD, de outras empresas públicas (porque estas são apenas a ponta do "iceberg"). Estes Fundos de Pensões são em grande parte financiados com uma parte dos lucros dessas empresas, que são considerados custos e deduzidos nos lucros. E os lucros (dividendos) são, por lei, receitas do Orçamento do Estado. Por ex., entre 2000 e 2003, o Banco de Portugal pagou ao Estado 136,7 milhões de euros de dividendos (pág. 39, do relatório de Auditoria feita pelo Tribunal de Contas que está disponível no seu "site"). Logo se uma parte dos lucros são utilizados para financiar Fundos de Pensões que pagam aquelas pensões, logo são entregues menos dividendos ao OE. Como consequência o défice aumenta, logo pode-se dizer com legitimidade que, embora de um forma indirecta, essas pensões são pagas pelo OE, agravando o défice que agora todos temos de pagar com mais impostos. Recorde-se que há poucos dias os media deram a conhecer que pelo simples facto de uma parcela do Fundo de Pensões da CGD ter sido transferido para a CGA para reduzir o défice orçamental de 2004, a Caixa, durante dois anos, não pagará IRC ao Estado sendo, como é evidente, por isso, mais elevado o défice orçamental. ■

## Propostas da CGTP-IN no âmbito da formação profissional



**“Desenvolver campanhas de sensibilização junto das empresas e dos trabalhadores sobre o papel da formação e os respectivos direitos e deveres, com abordagem específica a nível sectorial”**, é uma das orientações da proposta sobre formação profissional, “com vista a um acordo bipartido”, envolvendo os parceiros sociais, que a CGTP-IN divulgou recentemente em conferência de imprensa.

A Central propõe a criação da **“Caderneta” de Formação Profissional**, a qual permitirá o registo

da formação recebida pelo trabalhador ao longo da sua carreira profissional, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de garantir que, em cada empresa, a formação contínua abranja, em cada ano, pelo menos: 15% dos trabalhadores (empresas até 9 postos de trabalho); 20% (de 10 a 99 postos de trabalho); 25% (100 a 249); 40% (mais de 250).

Para a CGTP-IN há que “concretizar o direito dos trabalhadores a um número mínimo de 35 horas de formação anual a partir de 2006”.

### Um mínimo de 35 horas de formação em 2006

Com vista a concretizar o direito dos trabalhadores a um número mínimo de 35 horas de formação anual certificada a partir de 2006, a *Inter* aponta vários caminhos, como por exemplo:

- Desenvolver, com carácter de prioridade a formação assegurada pela empresa, através da sua elevação progressiva;
- Garantir, aos trabalhadores que não tenham acesso à formação certificada prevista na lei assegurada pela empresa, a concessão de tempo e o pagamento dos custos com a formação desenvolvida por sua iniciativa;
- Adoptar medidas, necessariamente complementares, que facilitem o acesso individual à formação pelos trabalhadores, através, nomeadamente, do “cheque-formação” (destinado a casos de formação específica), da “conta individual de aprendizagem” e das bolsas individuais de formação.

### Aprendizagem ao longo da vida

Segundo a Intersindical Nacional, os parceiros sociais devem comprometer-se a estabelecer planos diferenciados sectoriais e a inserir a Aprendizagem ao Longo da Vida e a formação contínua como matérias prioritárias na negociação colectiva.

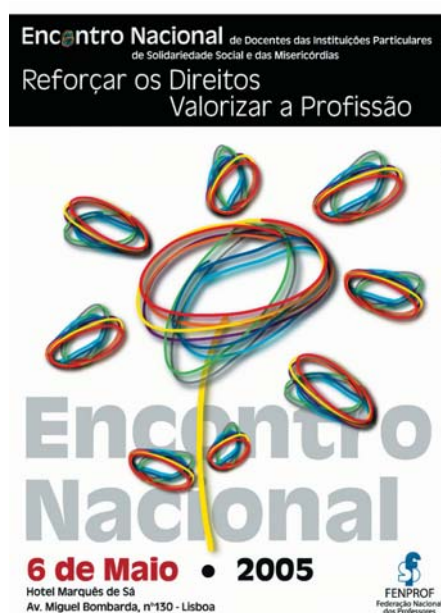
“Proceder à elaboração dos diagnósticos de necessidades de competências a nível nacional, regional ou sectorial que servirão de base à elaboração e aprovação do primeiro Programa Plurianual de Formação Profissional” e “ao levantamento exaustivo da oferta formativa em todo o território nacional, com vista à sua articulação e à criação de uma base de dados nacional, a ser disponibilizada na Internet”, são outras direcções realçadas na proposta da Central, que, naturalmente, chama também a atenção para a necessidade de “desenvolver a contratação colectiva”.

“Apresentar, ao Conselho Consultivo Nacional para a Formação Profissional, uma proposta de revisão do Sistema Nacional de Certificação Profissional, com vista a ajustar o sistema de certificação às exigências da estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, simplificando e agilizando mecanismos, promovendo a construção de referenciais de competências comuns entre ensino e formação e equivalência de certificados, no sentido de uma dupla certificação, e reconhecendo e validando, de forma sistemática e disseminada territorialmente, competências adquiridas por vias não formais e informais”, é também proposta da CGTP-IN. ■

## Resolução aprovada no Encontro Nacional de Docentes das IPSS e Misericórdias

# Apostar com coragem na defesa e reforço dos direitos e na valorização da profissão

"A profissão docente é hoje uma das profissões mais exigentes pela complexidade de que se reveste o acto educativo mas também pela responsabilidade social que desempenha pelo que deveria merecer o efectivo reconhecimento de toda a sociedade. Ter consciência desta realidade implica saber que esta é uma profissão exigente no cumprimento dos seus deveres mas que também tem que reforçar os direitos capazes de valorizarem a profissão nos seus diversos aspectos", sublinha a resolução aprovada no Encontro Nacional de Docentes das IPSS e das Misericórdias, que a FENPROF realizou no passado dia 6 de Maio, numa unidade hoteleira de Lisboa.



"Organização e funcionamento do jardim de infância: componente educativa e componente sócio-educativa", "as competências do director pedagógico" e "as responsabilidades e direitos dos educadores como docentes", abordando áreas como a formação, a aplicação do *Protocolo de Cooperação*, carreira, remunerações e contratação colectiva, estiveram no centro do debate deste Encontro, enriquecido pela comunicação da Dr<sup>a</sup> Luísa Homem, docente da Escola Superior de Educação (ESE) de Lisboa, que falou sobre "a Educação de Infância, a profissão de educador e os profissionais nas IPSS".

"Sendo o acto educativo um só e que apenas tem que ser adequado aos diversos níveis etários das crianças e jovens, o Encontro Nacional dos Educadores de Infância que trabalham nas IPSS's e Misericórdias, promovido pela FENPROF, reafirma a profunda convicção de que o exercício da sua profissão deve estar pautado pelas mesmas condições de natureza sócio-profissional e remuneratória

que todos os colegas que trabalham nos outros subsistemas de educação e ensino", observa a resolução aprovada nesta iniciativa da FENPROF.

Mais adiante, pode ler-se:

"Essa exigência é tanto mais justa quanto a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar determina que aos Educadores de Infância que exerçam funções na rede privada e solidária devem ser, progressivamente, proporcionadas idênticas condições de exercício e de valorização profissional.

"Esta exigência é tanto mais pertinente quanto o Protocolo de Cooperação visando a expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, assinado entre o Governo, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, atribui às Instituições integradas na Rede Nacional da Educação Pré-Escolar as verbas necessárias para pagar aos educadores segundo a tabela salarial em vigor no Ensino Particular e Cooperativo.

"Contudo, apesar deste enquadramento legal e dos dinheiros públicos distribuídos, em muitos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar sob a tutela daquelas Instituições não se cumprem as condições de trabalho minimamente adequadas nem é atribuído às educadoras o vencimento de acordo com a tabela do EPC (Ensino Particular e Cooperativo)."

### Justas reivindicações

Os educadores presentes no Encontro Nacional exigem que:

a) seja nomeado ou eleito um Director Pedagógico, o qual tem de ser obrigatoriamente um Educador de Infância, em cada estabelecimento de Educação Pré-Escolar da Rede Nacional, no âmbito da





aplicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar;

b) seja garantida a formação contínua ao pessoal docente e não docente dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;

c) seja cumprido o estipulado no Protocolo de Cooperação no que respeita ao direito a um vencimento de acordo com a tabela em vigor no Contrato Colectivo de Trabalho do EPC;

d) seja contado todo o tempo de serviço prestado em diferentes valências em particular o que for exercido em creches;

e) sejam aplicadas aos docentes do Ensino Particular, das IPSS's e das Misericórdias as mesmas condições de aposentação que usufruem os colegas do ensino público;

f) seja aplicado nas IPSS's e Misericórdias o calendário escolar definido pelo Ministério da Educação;

g) seja respeitado escrupulosamente o horário de trabalho estipulado na respectiva Convenção Colectiva;

h) sejam respeitados os direitos sociais inscritos na Lei Geral do Trabalho nomeadamente o direito à maternidade e a assistência à família, em particular aos filhos menores.

A resolução destaca ainda:

"Tendo em conta que o Ministério da Educação é responsável pela tutela pedagógica dos estabelecimentos de educação e ensino em Portugal, e o Governo responsável pela aplicação dos dinheiros públicos, os participantes no Encontro Nacional dos Docentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias exigem que o Ministério da Educação e o Governo exerçam a fiscalização necessária para que nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede nacional, dependentes das IPSS's e das Misericórdias se cumpram todas as regras de natureza pedagógica e que os dinheiros destinados à componente educativa, e em particular os que se referem ao pagamento dos vencimentos dos educadores, sejam verdadeiramente aplicados nos fins legalmente estipulados

"Respeitar os direitos sócio-profissionais dos educadores de infância é não só, em muitos casos, uma exigência legal como um elemento de valorizar a profissão docente. Por isso, as educadoras de infância manifestam a sua determinação em lutar por eles e defendê-los." ■



No Ensino Superior Público, o Programa do Governo nada aponta para a correcção dos graves problemas da precariedade de emprego e do estrangulamento dos quadros

## Ensino Superior e Investigação

# Comentários ao Programa do Governo em 4 apontamentos

■ João Cunha Serra (*Membro do Secretariado Nacional da FENPROF*)

### 1. O Financiamento e a aplicação do Processo de Bolonha

A aplicação do Processo de Bolonha encontra-se inquinada pela forte desconfiança das instituições de que será aproveitada para reduzir a responsabilidade do Estado pelo financiamento do Ensino Superior. De facto, a orientação do Governo anterior era a de forçar a duração do 1º ciclo o mais possível a ser de 3 anos (exceptuando os casos de formações destinadas ao exercício de profissões regulamentadas), o que, apesar das tentativas da Ministra para tranquilizar as instituições de ensino superior, levou a que se criasse a convicção de que iriam ser exigidas aos alunos propinas de mestrado (hoje de montantes muito elevados - da ordem do custo real) se desajassem frequentar o 2º ciclo. Como este 2º ciclo irá ter, em muitos casos, grandes sobreposições com os anos terminais das actuais licenciaturas, no que se refere a objectivos formativos, uma situação destas corresponderia a transferir para os estudantes e para as suas famílias os custos daquilo que hoje o Estado já suporta.

A este respeito, o Programa do Governo, apesar de referir que "as universidades e os politécnicos terão a garantia de que a passagem para uma estrutura em dois ciclos de estudos não representará, por si só, diminuição do funcionamento público disponível", deixa algumas dúvidas porque

mais adiante refere o compromisso de "não aumentar, a preços constantes, o valor das propinas de frequência do primeiro ciclo e adequar o valor das propinas à nova natureza do 2º ciclo".

Uma leitura benevolente deste compromisso pode levar a concluir-se que as propinas do 2º ciclo serão tais que os custos acrescidos que provenham de uma procura do 2º ciclo superior àquela que actualmente se verifica nos mestrados serão pagos pelos estudantes e pelas suas famílias, através de propinas mais elevadas do que as do 1º ciclo, mas ainda assim mais baixas do que as actualmente praticadas nos mestrados. Isto é, as "poupanças" feitas com a redução da duração dos cursos de licenciatura serviriam para financiar uma redução das propinas no 2º ciclo, relativamente às hoje em vigor nos mestrados.

Ora, se esta é a proposta do Governo - e conviria que houvesse uma clarificação - ela não se coaduna com a necessidade de alargar e democratizar o acesso ao 2º ciclo, pois a elevação do valor das propinas na passagem do 1º para o 2º ciclo irá afastar muitos alunos do prosseguimento dos estudos. É, aliás, interessante verificar que Bolonha acentua a sequência: 1º, 2º ciclo - e não licenciatura, mestrado - com a ideia de que o 2º ciclo completa o 1º. Portanto, um estudante, logo após ter terminado o 1º ciclo, ou depois de algum tempo a trabalhar, irá frequentar o 2º ciclo, eventualmente

noutra instituição do país ou do estrangeiro.

A Declaração de Bolonha aponta assim claramente no sentido do acentuar a tendência para a universalização do acesso ao ensino superior, tanto no que se refere ao 1º ciclo, como, especialmente, ao 2º ciclo de estudos. Este desiderato, conforme aos objectivos da "Estratégia de Lisboa", é fundamental para a elevação da qualificação da nossa população activa e para o desenvolvimento cultural, social e económico sustentável do país. Ele não será atingível sem que o Estado se responsabilize pelo financiamento do Ensino Superior Público, em particular pelos dois ciclos de estudos, sob pena de se acentuarem os efeitos muito negativos, já denunciados por responsáveis das instituições, de que o aumento das propinas, concretizado pelo 1º Governo PSD/PP, levou milhares de alunos a abandonarem os seus estudos, ou a terem que passar à situação de estudantes-trabalhadores.

Uma importante questão, relativamente à qual não há qualquer compromisso no Programa do Governo, é a da desejável eliminação do conteúdo do Programa de Estabilidade e Crescimento, que o Governo tem que apresentar em Bruxelas (Maio), da cláusula que afirma que não haverá, até 2007, qualquer aumento nominal de financiamento para o ensino superior. Esta limitação, a persistir, levantará as mais sérias dúvidas sobre o efectivo empenho do Governo neste sector estratégico para o desenvolvimento do país,



pois significará a certeza do prosseguimento de uma acentuada redução em termos reais dos recursos disponíveis.

Ainda quanto a Bolonha, anote-se como potencialmente muito positiva a posição expressa no Programa de que será seguido "o modelo de organização por ciclos, com um primeiro ciclo de estudos de duração não inferior a seis semestres". Se isto significar que o Governo não irá forçar as instituições a reduzirem a duração dos seus cursos de licenciatura, obrigando-as a uniformizar essa duração ao mínimo proposto por Bolonha (3 anos), independentemente das necessidades impostas pelos objectivos culturais, científicos e profissionais das formações (definidos com audição de representantes da sociedade nelas interessados), e das limitações da formação com que os alunos ingressam do secundário, então estaremos no bom caminho. O SPGL e a FENPROF têm vindo a bater-se por isso e continuarão a fazê-lo.

## 2. A Qualidade e o Futuro do Sistema de Ensino Superior

É positivo que no Programa do Governo tenha caído o entusiasmo apologético que transparecia no Programa do PS quanto ao sistema binário (universidades/politécnicos): "O PS é favorável ao sistema binário". O Programa afirma uma posição que se aproxima muito da posição que o SPGL e a FENPROF têm defendido, ao referir valorizar "a articulação entre instituições com missões distintas e funções diversificadas", e ao defender que "a coexistência de formações e ambientes de ensino e pesquisa de perfil típico daqueles tradicionalmente associados a universidades e de perfil tradicionalmente associado a politécnicos constitui uma riqueza de que não devemos abdicar". O Programa refere logo depois: "mas isso deve ser conseguido garantindo o relacionamento mais estreito entre os subsistemas universitário e politécnico, valorizando a excelência em ambos", o que pode ser uma forma mitigada de o Governo dizer que pretende perpetuar a existência e a separação dos subsistemas, embora com um relacionamento mais estreito, orientação que difere da que o SPGL e a FENPROF têm defendido, não no que concerne à cooperação institucional que têm advogado e às exigências da sua qualidade, mas no que se refere à proposta que de há muito fazem de se caminhar para um sistema integrado e diversificado.

Deve registar-se, no entanto, como

especialmente positivo, aquilo que se diz imediatamente a seguir: "Em particular, a possibilidade de concessão de graus deixará de estar fixada por critérios unicamente administrativos, para passar a depender da satisfação de requisitos, exigentes e comuns, de qualidade".

Este compromisso coincide com aquilo que o SPGL e a FENPROF vêm reclamando há muito. Resta saber se o Governo vai ou não atribuir condições de igualdade de oportunidades, designadamente no que se refere a financiamento, às instituições universitárias e politécnicas, para se desenvolverem com qualidade e relevância social acrescidas. É fundamental que seja posta em prática uma política de discriminação positiva e de incentivos à qualidade, baseada em processos transparentes de prestação de contas e de avaliação com critérios adequados e amplamente partilhados.

Quanto ao Ensino Superior Particular e Cooperativo (ESPC), o Programa do Governo é substancialmente omissivo. Para além da ideia geral de apoio a iniciativas privadas no ensino superior, surge apenas a afirmação de que "o Ministério da tutela deve zelar pelo cumprimento dos requisitos de qualidade para cursos e instituições e da responsabilidade própria das instituições privadas face aos seus alunos". Espera-se que esta afirmação de cumprimento das funções de regulação que, note-se, se deve aplicar igualmente ao Ensino Superior Público, seja para levar a sério e não persista a atitude de omissão que na prática tem representado cumplicidade para com a falta de qualidade e para com inúmeros atropelos à legalidade que se têm verificado.

## 3. A Situação Profissional dos Docentes

Regista-se como muito negativo o facto de nada se referir quanto ao corpo docente do ensino particular e cooperativo que continua a ser tratado de forma prepotente e indigna por muitas entidades instituidoras do ESPC. O Programa nada adianta quanto às exigências que o SPGL e a FENPROF têm apresentado relativamente à existência em todas as instituições de corpos docentes próprios, adequadamente qualificados, com uma carreira docente paralela à dos docentes do Ensino Superior Público (exigência da própria lei que não é cumprida) e com condições dignas de contratação e de vinculação estável. Sem que estas exigências sejam contempladas é ilusório falar-se de que se vai "zelar pelo cumprimento dos requisitos de qualidade".



Os temas actuais do Ensino Superior e da investigação têm estado presentes em várias iniciativas promovidas pela FENPROF e pelos seus sindicatos

No Ensino Superior Público, o Programa, embora refira a intenção de rever os estatutos de carreira com o objectivo de "estabelecer um único estatuto que acolha perfis docentes diversificados, mas com equivalência no topo da carreira, que premeie o bom desempenho em todas as dimensões da profissão docente e que facilite a mobilidade entre os diversos perfis e instituições, entre carreiras docente e de investigação e entre carreiras académicas e actividades profissionais fora do ensino", nada aponta para a correcção dos graves problemas da precariedade de emprego e do estrangulamento dos quadros.

Quanto à valorização nas carreiras docentes da vertente pedagógica essa tem sido também uma proposta defendida pelo SPGL e pela FENPROF.

## 4. A Ciência e Investigação

Quanto à ciência e à investigação, sector onde surgem os compromissos mais quantificados, o Programa é bastante ambicioso no que se refere a investimento, a crescimento do número de doutorados e a aumento do emprego científico, sendo por isso positivo. Fica contudo a dúvida sobre se o desenvolvimento económico e social do país vai permitir alcançar as metas que dele dependem e que se inserem na concretização da "Estratégia de Lisboa", mesmo já depois da redução que levou na sua inicial ambição. A este respeito, não será apenas o MCIES que ficará sob escrutínio, mas o Governo como um todo. ■



## Taxa de desemprego aumentou para 7,5% no 1º trimestre

*A taxa de desemprego aumentou para 7,5 por cento no primeiro trimestre do ano, o que equivale a 413 mil indivíduos oficialmente sem emprego, indicou o Instituto Nacional de Estatística (18 de Maio).*

A taxa de desemprego cresceu 1,1 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2004 e 0,4 pontos percentuais face ao trimestre anterior.

O acréscimo trimestral na taxa de desemprego resultou do efeito conjugado da diminuição de 0,3 por cento na população activa e do aumento de 5,9 por cento da população desempregada, revela o INE.

O aumento do desemprego foi particularmente acentuado entre as **mulheres**, com a taxa a fixar-se em 8,6 por cento, ou seja, mais 0,7 pontos percentuais face ao trimestre anterior e mais 1,2 pontos percentuais em relação ao trimestre homólogo transacto.

No primeiro trimestre de 2005, o **Alentejo** manteve a posição de região com o índice mais elevado de desemprego, com uma taxa de **9,3 por cento**.

# Professores Cooperantes

Atribuição da 1ª prioridade no concurso externo ao abrigo do Decreto-Lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro, aos professores que exercem funções docentes no âmbito de iniciativas de cooperação do Estado Português

**A** FENPROF acompanhou com viva inquietação a situação dos professores contratados no contexto da cooperação do Estado Português com as Repúblicas Democráticas de Timor, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, aos quais foi negada a possibilidade de, reunindo as condições para o efeito, se candidatarem na 1ª prioridade ao concurso referido em tópico.

Nesse sentido, procurou interpretar a justeza das propostas apresentadas pelos professores e representá-los junto do Ministério da Educação, tendo por finalidade a resolução do problema sinalizado.

Foi com satisfação que a Federação tomou conhecimento da Nota Informativa do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

De acordo com o ponto 5. da referida Nota Informativa, o Ministério da Educação assume a resolução da situação dos candidatos que comprovadamente se considerem afectados por não lhes ter sido considerada a 1ª prioridade que propunham. Como os candidatos terão uma graduação em concurso inferior à que lhes seria atribuída se tivesse sido considerada a 1ª prioridade que legitimamente reclamavam, todos os candidatos abrangidos pela Nota Informativa deverão recorrer imediatamente após à saída das listas de colocações.

Para além do recurso agora previsto, os candidatos que indicaram a 2ª prioridade devem apresentar reclamação logo que sejam publicadas as listas provisórias de graduação. Nessa reclamação deverão requerer a alteração para a 1ª prioridade, para sinalizarem desde já a sua intenção de apresentar o recurso hierárquico atrás referido.

Os candidatos que não viram validada a candidatura por motivo desta natureza deverão apresentar reclamação, requerendo a sua integração na 2ª prioridade para que a candidatura seja aceite e, no espaço reservado a texto livre (terá 700 caracteres disponíveis) indicar que irá ser apresentado recurso hierárquico após a publicação das listas definitivas de colocação, tendo em vista a sua integração na 1ª prioridade. O pedido de integração na 2ª prioridade assume assim um carácter meramente administrativo, para que o sistema assumira a admissão das candidaturas.

Os professores que reúnam as condições necessárias serão considerados em concurso na 1ª prioridade, com a graduação correspondente. Os que tiverem comprovadamente direito a uma colocação serão então colocados, mesmo que outro candidato tenha já obtido colocação na mesma preferência.

A FENPROF, em nota divulgada pelo Secretariado Nacional no passado dia 9 de Maio, salientava que iria preparar textos de apoio às reclamações mencionadas e minutas para a elaboração dos recursos hierárquicos, ao mesmo tempo que saudava os professores que, com determinação, proporcionaram a solução encontrada e manifesta toda a sua disponibilidade para continuar a acompanhar este assunto.



## Aluguer de apartamentos no Algarve

### • À época

Aluga-se apartamento mobilado à época para professores em **Loulé**, características: 3 quartos, 2 casas de banho, cozinha e sala. Localização: Perto de escolas e universidade. Vista mar, serra e sobre a cidade, possibilidade de tv cabo e net cabo. 600 Euros/mês.

**Contactos** - 919921770 • 968030615

### • Férias

Aluga-se apartamento T3, totalmente equipado, a 30 m da **praia da Rocha**, parque privativo.

**Contacto:** Ana Maria Carvalho

Tel: 217979061 • 962454989

Em **Vilamoura**, T1 - 1º andar sobre relvado

e piscina

em aldeamento

turístico. Local tranquilo. Capacidade máxima 5 pessoas

**Contactos** - 289827452 • 969057964 •

966542703

Em **Albufeira** (cidade). Apartamento

sobre a praia.

**Contactos** - 289513004 • 961402898



# Um grande encontro no Funchal

## Reafirmar a identidade docente

■ Nélio de Sousa (*Membro da Direcção do SPM*)



Quando jornalistas escrevem que «nada neste congresso falhou ou faltou» ou «com a classe que vi até fico confiante na mudança» está muito dito sobre o 8º Congresso dos Professores da Madeira, que decorreu no Funchal entre os dias 12 e 14 de Maio, sob o lema "Identidade e Profissionalidade Docente: Novos Desafios".

**O** arranque deu-se com a intervenção do coordenador do SPM, que abordou várias das questões "quentes" como a gestão das escolas - mantinha-se o regime chumbado pelo Tribunal Constitucional em 2003 -, a aceitação «pacífica e obediente» da Reforma do Ensino Secundário e da introdução de exames no 9º ano, para além dos problemas crónicos como o insucesso e abandono escolares, os índices de analfabetismo e a baixa qualificação da população activa.

A denúncia do «clima de silenciamento, intimidação e perseguição que se vive nos locais de trabalho contra aqueles que ousam discordar [...], mesmo que na defesa dos direitos profissionais, princípios pedagógicos e bem-estar dos seus educandos» foi matéria que fez correr muita tinta nos órgãos de comunicação social.

O Secretário Regional da Educação nada disse na sua intervenção sobre as questões mais sensíveis. Explanou aspectos da demografia e da rede escolar e também da empregabilidade e situação profissional dos docentes na Região.

Carlos Alberto Torres (Universidade da Califórnia - EUA), na conferência temática de abertura, exortou os professores a assumir a natureza política da sua prática, a serem educadores democráticos radicais, politicamente comprometidos, que lutam pela justiça social, buscam a paz e a solidariedade.

Na conferência de encerramento, Rubem

Alves, pedagogo e pensador brasileiro, foi a cereja em cima do bolo do 8º Congresso dos Professores da Madeira. Exortou os docentes a «aprender a desafiar a burocracia» e a olhar para o outro espelho que «dá vida e alegria ao professor: o olhar das crianças.» Mais que um exímio comunicador, Rubem Alves é um poeta, um feiticeiro da palavra. Recebeu um longo aplauso, em pé, de 750 congressistas e convidados presentes.

Para além da vertente reivindicativa - aprovação das moções, intervenções sectoriais e de sócios -, a componente formativa foi preponderante no congresso e contou com outros oradores como António Nóvoa, António Teodoro, Idália Sá Chaves, Inácia Santana, João Barroso, Manuel Sarmento, Maria José Camacho, Pedro Silva e Rui Trindade. O workshop do Ensino Superior teve como protagonistas Alberto Amaral, João Cunha Serra e Nuno Nunes (vice-reitor da Universidade da Madeira).

Nos discursos de encerramento, Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, deixou um desafio aos professores e ao sindicato: «transformar a Região Autónoma da Madeira numa terra sem amo», e Marília Azevedo, vice-coordenadora do SPM, sublinhou o nosso «papel democrático e político» na defesa da escola pública.

O congresso terminou, na noite de 14 de Maio, com o concerto de Sérgio Godinho, acompanhado de Vitorino e Camané. ■

## “A Literatura e as Artes em torno da Criança”

Colóquio internacional em preparação



O Departamento de Estudos Romanísticos da Universidade da Madeira, em parceria com a Fundação Carlo Collodi, está a organizar o Congresso Internacional “**A Literatura e as Artes em torno da Criança**”, que decorrerá 27 a 29 de Outubro próximo, naquela Universidade.

Este Congresso integra-se na exposição *Os anos do Pinóquio*, realizada por iniciativa conjunta das duas entidades.

“Imagem da liberdade e da criatividade, a criança, como Pinóquio, deslumbra-se com o mundo, partindo à descoberta dos sentimentos, do mundo e do livro. A literatura alimenta-se do imaginário fértil da criança e sustenta os seus sonhos”, sublinham os organizadores, que acrescentam:

“A criança na obra do artista” – poeta, escritor, pintor, escultor – pode ser alegoria da vida, da alegria e do sofrimento, da vontade de “ser” e da repressão, da ousadia e do medo. O mosaico das criações artísticas em torno da criança ficará mais enriquecido com a viagem de Pinóquio pelo mundo lusófono, permitindo uma revisitação: outros leitores, outras paragens, outras mundivivências e outras crianças.”

O Congresso abordará as seguintes linhas temáticas: imagens da infância na literatura e na arte até ao século XVIII; o nascimento e desenvolvimento da literatura moderna para a infância; a infância na literatura em geral; imagem da/para a criança na arte moderna e contemporânea; a recepção de Pinóquio nos países lusófonos; Pinóquio nas várias línguas; linguagem e cognição na literatura infantil.

Está prevista uma mesa-redonda subordinada ao tema “**Que cidade para a criança hoje?**” O programa global e definitivo será divulgado em 7 de Outubro.

A comissão organizadora do Congresso integra os seguintes elementos: Aline Bazenga (Presidente do Departamento de Estudos Romanísticos da UM); Ana Isabel Moniz (Pró-Reitora para os Assuntos Culturais); Luísa Antunes Paolinelli; Celina Martins e Naidea Nunes.

Contactos: Secretariado do Congresso - [lcianca@uma.pt](mailto:lcianca@uma.pt); Luísa Antunes Paolinelli - [marinho@uma.pt](mailto:marinho@uma.pt); Naidea Nunes - [naidea@uma.pt](mailto:naidea@uma.pt); Celina Martins - [celi@uma.pt](mailto:celi@uma.pt); [celinamar@sapo.pt](mailto:celinamar@sapo.pt). Fax: +351 291 705249. Endereço: Congresso “**A Literatura e as Artes em torno da Criança**”, Departamento de Estudos Romanísticos, Universidade da Madeira, Caminho da Penteada, 9000 - 390 Funchal ■

INTERNACIONAL



## Educação Pré-Escolar Tema de encontro internacional em Cuba de 10 a 15 de Julho

### Educadores portugueses interessados ainda estão a tempo de se inscreverem

O Comité Nacional de Cuba da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) e o Centro de Referência Latino-Americano para a Educação Pré-Escolar (CELEP) têm tudo a postos para a realização, no Palácio das Convenções, em Havana, de 10 a 15 de Julho, do Seminário da OMEP/VII Encontro Internacional de Educação Inicial e Pré-Escolar do CELEP.

“O processo educativo para o desenvolvimento da infância: pertinência e qualidade”, é o tema central do evento, que decorrerá a par da Assembleia Mundial e da reunião do Comité Executivo da OMEP.

A realização do Seminário desta organização, que se realiza pela primeira vez na região do Caribe, pretende mostrar as bases teóricas e metodológicas da educação cubana para a infância (até aos 6 anos) e a sua dinâmica organizativa.

“Conhecer o estado actual da educação inicial e pré-escolar no mundo actual, as suas convergências e divergências; proporcionar o intercâmbio de experiências sobre as diferentes formas de organização do

processo educativo e sua avaliação; e demonstrar a importância do educador como elemento essencial de um processo educativo de qualidade, pedagogicamente apoiado”, são também objectivos centrais da iniciativa, como sublinha Ana María Siverio Gómez, presidente do comité organizador.

O programa científico contempla um diversificado conjunto de conferências temáticas, simpósios, painéis de discussão, mesas redondas, oficinas, foros e ainda a apresentação de temas livres. Os participantes terão, assim, a oportunidade de contactar investigações e experiências adquiridas em diferentes realidades. Está assegurada a participação de destacadas personalidades académicas e de investigadores de diversos países.

Paralelamente, decorrerá uma exposição com a presença de editoras, entidades e empresas com actividade relacionada com o tema do encontro.

Não foi esquecido um programa de actividades sociais e turísticas, aberto a todos os participantes. ■

Os educadores portugueses interessados em participar ainda estão a tempo. Devem contactar com urgência Elizabeth Rodríguez através do mail [elizabeth@feriasenegocios.com.pt](mailto:elizabeth@feriasenegocios.com.pt) do telefone 213849130 ou ainda do telemóvel 968376000.





## JANELA ABERTA

■ Mário David Soares (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

# Parvos, nós?

**N**esta época que nos querem fazer crer de pensamento único, isto é, que nos querem retirar o direito a pensar pela nossa própria cabeça, vale a pena afirmar o nosso direito à diferença e, sobretudo, a nossa indignação quando nos querem fazer passar por estúpidos ou, mais prosaicamente, por burros. Esta frase não vem a propósito do que queria hoje falar, mas é uma reacção às medidas do governo para combater o défice das contas públicas.

Retirando do maior segredo aquilo que toda a gente já sabia (e que o primeiro ministro e todos os outros ministros, os economistas do PS e de todos os outros partidos, em particular os do PSD e do PP, já sabiam de cor e salteado antes, durante e depois das eleições...) o governo veio solenemente dizer ao País que os portugueses (esses que não têm fortuna para pagar com facilidade mais 2% do IVA, esses que não têm carro para ir fazer compras a Espanha onde o IVA é mais barato 5%, esses que não têm médicos amigos para as consultas feitas a tempo e horas, esses que cantam entusiasmados o hino nacional, esses...) tinham que fazer outra vez mais sacrifícios porque o défice era ENOORME.

Pronto, os portugueses perceberam. Claro que o governo podia ir buscar dinheiro, desta vez, a outro sítio; claro que a malta que gosta pouco dos políticos (sem saber muito bem porquê porque vota sempre nos mesmos) fica contente com o fim das reformas vitalícias para aqueles; a malta até percebe (mas não pode aceitar) que se congelem salários e promoções, aumentos e pensões, subsídios de Natal e refeições. Até aqui a gente percebe porque é dinheiro à vista de uns e disponível nos bolsos de outros. Mas aumentar a idade da reforma dos funcionários públicos de 60 para 65 anos que é que tem a ver com o combate ao défice em 4 anos? Que é que pensa o Primeiro Ministro? Que a malta é parva ou quê? Que a malta não percebe que ele à boleia do défice nos está a lixar ainda mais do que a Manela Ferreira Leite já fez? Está a fazer de nós burros? Julga que a malta não sabe fazer contas?

Mas neste ponto uma coisa é certa: apesar da sua maioria absoluta, o PS vai ter à perna toda a Administração Pública porque, fique certo engenheiro Sócrates, a malta não se vai calar. E as maiorias, absolutas ou relativas, são como as marés, vão e vêm e, como dizia um amigo meu, há mais marés que marinheiros.

E já agora aqui deixo uma pergunta bem demagógica que é para mostrar que eu também sei da poda: quanto ganha por mês o senhor José Manuel Fernandes, director de o "Público", comentador permanente da televisão e da rádio, especialista em economia, educação, higiene alimentar, política agrícola, europeia, norte-americana, mundial, em saúde, ambiente, pescas e submarinos e muitas outras especialidades, para continuar a encher-nos a cabeça de que os funcionários públicos são uns malandros que ganham muito e trabalham pouco? Quanto ganha ele para dizer que 700 euros com subsídio de férias e de Natal é uma enormidade que não pode continuar em Portugal por causa dos 2 milhões de pobres que, quem sabe se por responsabilidade dos funcionários públicos, existem em Portugal?

Mas não era disto que eu queria falar, mas sim de um dos slogans mais em moda nesta época de pensamento único - o utilizador pagador. Ou será antes o pagador utilizador? Ou o utilizador não pagador? Ou o pagador não utilizador? Fica então para o

próximo mês porque queria deixar-vos a citação de uma frase da Comissão a propósito de uma sua Recomendação relativa às Orientações Gerais para as Políticas Económicas dos Estados-Membros e que vem de encontro ao que eu escrevi no mês passado a propósito da produtividade. Repito, a frase é da Comissão presidida pelo senhor Durão Barroso:

"O crescimento da produtividade regista uma tendência decrescente há várias décadas. Durante os últimos dez anos, esta tendência pode explicar-se, em parte, pelo regresso de um número significativo de trabalhadores pouco qualificados ao mercado de trabalho. Todavia, uma grande parte da diminuição da produtividade deve-se aos reduzidos investimentos por parte das empresas e ao abrandamento do ritmo dos progressos e da inovação tecnológicos".

Oh deuses! Mas será que em Portugal nenhum governante, nenhum patrão sabe isto e querem continuar a "vender-nos" a política de baixos salários como forma de aumentar a produtividade? ■



### Apesar de tudo ainda não nos tiraram as férias.

Falo de férias a sério e não aqueles períodos em que nos fartamos de trabalhar e que se chamam interrupção das actividades lectivas e que o senhor José Manuel Fernandes acrescenta aos nossos 22 dias úteis de férias reais. Por isso aqui deixo uma sugestão que vai para além das férias, mas que as pode incluir.

Recentemente participei, em representação da FENPROF, no Congresso do SNES - França onde me propuseram que divulgasse a seguinte mensagem:

"Professores de francês (com alunos dos 11 aos 18 anos) de França, Antilhas, Guiana Francesa, Reunião e da Polinésia desejam contactar outros professores para correspondência pessoal, profissional, escolar...e troca de alojamento e férias."

Se alguém estiver interessado deve escrever para  
SNES Echanges - Roger Charles Le Breton  
Syndicat National des Enseignements de Seconde degré  
46, avenue d'Ivry - 75647 PARIS CEDEX 13  
fax - 00.33.1.40.63.29.68  
email : internat@snes.edu

mencionando a situação familiar, idade, disciplinas que lecciona, línguas que fala, gostos e hobbies... ou as características do vosso domicílio, a região de acolhimento, etc. | MDS

## LisboaPhoto A festa da fotografia



**A** fotografia está em festa na capital portuguesa até finais do próximo mês de Agosto, com a segunda edição da *LisboaPhoto*. As primeiras exposições foram inauguradas no passado dia 18 de Maio no Museu de Arte Antiga e na Cordoaria Nacional.

O cartaz desta edição envolve 15 núcleos expositivos mas também um programa paralelo com cerca de 20 exposições em galerias e escolas de arte que foram convidadas a expor fotografia e vídeo. Aqui registamos dois desses núcleos:

### Estados da Imagem – Instantes e Intervalos

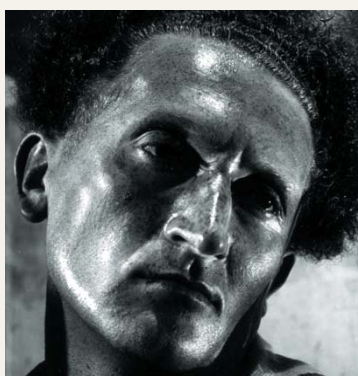
Trata-se da exposição colectiva central da bienal, com obras recentes de 11 criadores

estrangeiros como Jeff Wall, James Coleman ou Chantal Akerman, e do português Pedro Costa, e pode ser apreciada até 21 de Agosto no Centro Cultural de Belém (Pç. do Império), de terça-feira a domingo, das 10h00 às 19h00.

Segundo os seus comissários, Raymond Bellour e Sérgio Mah, esta mostra tem como tema central o movimento e o tempo e as suas representações no "fotográfico". As obras apresentadas são de criadores que se movimentam em diversos domínios da imagem e que têm diferentes abordagens e modelos de produção e exibição das suas criações.

### Helmar Lerski

O trabalho mais emblemático de Helmar Lerski - "*Metamorfoses pela Luz*" - dá vida a



uma das exposições individuais da *LisboaPhoto*. Está patente até 3 de Julho, na Culturgest (CGD), de segunda a sexta-feira das 10h00 às 19h00, sábados, domingos e feriados das 14h00 às 20h00.

"*Metamorphosen des Gesichts/Metamorfoses pela Luz*" é uma série de 120 provas "vintage" acompanhadas de pequenos objectos que se nos apresentam como um estudo de um mesmo rosto, em grande plano.

Lerski (1871-1956), nascido em Estrasburgo, utilizou a fotografia e o cinema no seu trabalho durante as vanguardas das décadas de 20 e 30. O trabalho de Lerski tem vindo a ser reconhecido, particularmente no domínio do retrato.

A não perder, especialmente pelos amantes da fotografia. ■

### Teatro

## Porto Alegre pela Seiva Trupe



Histórias lúdicas e culturais da cidade do Porto e do Norte do País em geral são abordadas nesta peça levada à cena pela Seiva Trupe. Em exibição até 30 de Junho no Café-Teatro do Campo Alegre, Rua das Estrelas, na *Invicta*, terça a sábado, às 21h30, domingos às 16h00. Em palco: António Reis, António Pedro, Fernando Landeira, Joana Esteves, Joana Moraes, Jorge Loureiro, Paula Sá, Patrícia Franco, Nuno Caçote e Gabriel Pinto. Mais informações pelo telefone 226063000. ■

### Para as escolas

## "O Sonho do Jardim" no INATEL de Coimbra

*"Num jardim extraordinário, uma velha senhora, Vó Framboesa, espera os netos. Quer oferecer-lhes algo que seja excepcional e simples ao mesmo tempo...Tem uma ideia - vai contar-lhes como funciona a natureza, o seu jardim.."*

*Aparece então a Senhora Lúcia, uma toupeira que é amiga de Vó Framboesa. Esta conta-lhe a sua ideia... A toupeira concorda em fazer-lhe companhia ao longo de uma estranha viagem...*

*Descem abaixo de terra, a casa da Senhora Lúcia, e discutem o crescimento das raízes e dos tubérculos que se vêem no tecto, e que são os mesmos vegetais que crescem no jardim de Vó Framboesa.*

*No fim da viagem, Vó Framboesa já pode voltar para dentro de casa - está feito! - e os seus netos estão mesmo a chegar..."*

"O Sonho do Jardim" regressa ao Inatel-Delegação de Coimbra (junto à estação ferroviária de Coimbra A) de 25 de Junho a 30 de Julho com sessões diárias para as escolas de 2ª-feira a 6ª-feira pelas 10h30 e 14h30. Sessões para o público em geral todas as 6ª-feiras às 21h30 e sábados às 15h. Este espectáculo também está disponível para itinerância

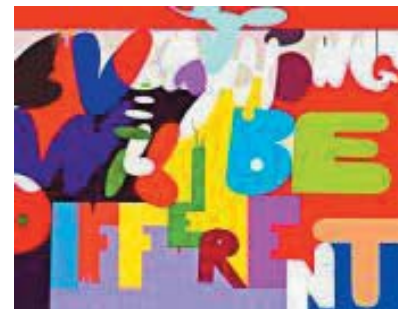
(Marcações e Informações para: Telm: 91 843 11 55 ou 96 860 89 29) Ficha Artística:

Texto: Daniel Simon; tradução, adaptação e encenação: José Geraldo; consultor científico: Prof. Drª. Helena Freitas; cenografia, adereços, bonecos, figurinos e imagem: Zenel Laci; interpretação: Helena Faria e Hugo Gama; música: Cool Dada; design gráfico: Victor Torres; produção executiva: Cláudia do Vale; produção: Camaleão-Associação Cultural. Duração: 45 minutos ■



### Bienal

## Três portugueses na Bienal de Praga



Os artistas plásticos portugueses Rui Toscano, Nuno de Campos e Isabel Simões participam na II Bienal de Artes Plásticas de Praga, que decorre até ao dia 15 de Setembro, divulgou a galeria Cristina Guerra, em Lisboa.

"Expanded Painting" e "Acción Directa" são os temas principais da Bienal de Praga, que acolhe diversos módulos de exposições e inclui o trabalho dos artistas Rui Toscano, Nuno de Campos e Isabel Simões, num colectivo de mais de 100 criadores representativos das várias tendências da arte contemporânea. Apresentar a pintura, "da mais tradicional à mais transgressora", incidindo no diálogo que esta arte estabelece com outras - como a escultura ou a instalação -, é um dos objectivos da bienal. | O Primeiro de Janeiro, 26 de Maio de 2005 ■



# Temporada da Gulbenkian propõe seis percursos temáticos para 2005/2006



A polifonia do Renascimento, Romantismo, Expressionismo e Modernismo português são alguns dos seis percursos temáticos a apresentar na próxima *Temporada Gulbenkian de Música* para 2005/2006, anunciou a Fundação. Esta temporada oferece 83 programas distribuídos por 128 espectáculos entre **Outubro** deste ano e **Junho** de 2006.

Um dos percursos temáticos atravessa a polifonia do Renascimento e vai até Johann Sebastian Bach, passando pelos franco-flamengos quinhentistas, interpretados pelo Huelgas Ensemble, e pelos polifonistas portugueses do mesmo período, que serão interpretados pelo Coro Gulbenkian.

Outra das propostas nesta temática é a apresentação dos Neue Vocalsolisten Stuttgart, que deverão traçar pontes entre os compositores

Gesualdo e Sciarrino, unindo num mesmo universo as vanguardas do Maneirismo e da actualidade.

A "Viena das primeiras décadas do século XX: Da Tradição Romântica à Vanguarda Expressionista", cidade que se assumiu como um dos grandes pólos de inovação da música europeia, é outra proposta musical.

O programa parte da herança de Brahms (Holzmair/Vignoles, Tretjakov/Bashmet/Gutman/Lobanov, entre outros), os ciclos de canções (Holzmair/Vignoles) e as sinfonias (Gewandhaus/Chailly) de Gustav Mahler.

"A identidade e cosmopolitismo na Europa Central: Do Nacionalismo Oitocentista às Rupturas do Modernismo" é outro dos percursos da temporada, que sugere linguagens musicais cujas raízes mergulham nas respectivas tradições étnicas.

Entre essas propostas serão interpretados Smetana (Orquestra Gulbenkian/Axelrod/Kodama) e Dvóřak (Orquestra Gulbenkian/Slatkin/Camilo, Orquestra de Câmara Europa/Schiff), Martinů, Janáček, Bartók e Kodály.

Outro grupo temático apresenta a música

do russo Dmitri Chostakovitch (1906-1975), apresentado como um "caminho solitário na música do século XX, aclamado como "artista do povo" da então URSS, mas também forçado pela burocracia soviética a autocriticar-se pelos aspectos mais vanguardistas da sua obra.

Nos "Clássicos do século XX e a criação musical dos nossos dias" o programa destaca Karlheinz Stockhausen, que regressa a Lisboa 13 anos após a sua última actuação, para apresentar duas cenas de "Sonntag", a ópera conclusiva do ciclo "Licht", a cuja produção a Fundação esteve associada.

A programação inclui ainda a quarta edição do *workshop* da Orquestra Gulbenkian para Jovens Compositores Portugueses.

A concluir as propostas da Gulbenkian para a música, surge a temática "Os dois pilares do Modernismo Português", que visa assinalar o cinquentenário da morte de Luís de Freitas Branco (1890-1955) e o centenário do nascimento de Fernando Lopes Graça (1906-1994). | **Lusa, 30/05/2005** ■

## Música

### Maria Bethânia em Lisboa e no Porto

Os sucessos de 40 anos de uma brilhante carreira, a par de uma homenagem ao *imortal* Vinicius de Moraes, são "*ingredientes*" de sobra para garantirem o êxito dos espectáculos com **Maria Bethânia** em Portugal no mês de **Julho**. A prestigiada intérprete brasileira estará nos Coliseus nos dias **18, 19 e 20** (Lisboa, segunda, terça e quarta-feira, 22h00) e **23 e 24** (Porto, sábado e domingo, 22h00). Bilhetes (a partir de 20 euros) à venda nos locais habituais (FNAC, ABEP, Alvalade, Coliseus, Multibanco e Ticketline - telef. 210036300). Mais informações: telef. 213156554 ■



## Literatura

### Apresentada antologia de escritores madeirenses em língua italiana

A antologia de escritores madeirenses "*Nostalgia dei giorni atlantici*", de António Fournier, foi apresentada recentemente no Funchal, no âmbito do Colóquio Internacional "*Arquipélagos do Desejo*", organizado pela autarquia funchalense. A obra, que reúne trabalhos literários de 28 autores madeirenses, pretende recriar "o imaginário insular" e mostrar "uma imagem mais profunda" da Madeira, como o próprio explicou à agência "Lusa".

O livro engloba textos já editados e textos que foram propositadamente elaborados para esta Antologia, num total de 28 escritores entre os quais sobressaem nomes como **Herberto Hélder**, Helena Marques, José Tolentino de Mendonça, José Agostinho Baptista, Viale Moutinho, Ana Teresa Pereira e Ângela Caires, entre outros.

O objectivo da antologia é "traçar o mapa imaginário insular madeirense através dos textos como se estes fossem uma superfície legível onde se reflectissem certas ideias, as coordenadas do imaginário, do que significa viver numa ilha", diz o autor.

A Antologia foi já apresentada no início do mês, na feira do livro de Turim, na Universidade e numa livraria de Pisa e ainda num festival literário em Asti. Segundo António Fournier, a obra será apresentada até Setembro em outras cidades do Norte de Itália, nomeadamente em Génova, Bérghamo e Bolonha. ■

Herberto Hélder



## Arte

### Bienal Internacional de Arte Jovem em Vila Verde

Vila Verde, no distrito de Braga, acolhe a 4ª edição da **Bienal Internacional de Arte Jovem**, entre **10 de Junho** e **9 de Julho**. O Município local e a Associação de Artistas de Vila Verde asseguraram a organização do evento, que conta com vários apoios, nomeadamente da Biblioteca Professor Machado Vilela, Casa da Cultura e Escola Profissional Amar Terra Verde. A programação é variada e merece uma visita atenta. ■

